FAPERS

FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIA DA EXTENSÃO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL

RELATÓRIO ANUAL 2013

O jogo da vida não começa no segundo tempo...

Expediente
Patrocinador: Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural – Ascar
Elaboração: Diretoria Executiva da Fapers, Gestão 2011-2014 e empregados da Fapers
Aprovado pelo Conselho Deliberativo em 28 de março de 2014, na Ata nº 259
Fotos: all-free-download
Impressão: 2.240 exemplares

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	2
1	INSTITUCIONAL	4
1.1	Mensagem da Diretoria Executiva	4
1.2	Órgãos da Administração	5
1.3	Governança	6
1.3.1	O time está se certificando	6
1.3.2	Recadastramento	6
1.3.2.1	Time em campo: ativos	6
1.3.2.2	Técnicos: aposentados e pensionistas	6
1.3.3	Comunicação com o participante	6
1.3.4	Capacitação de conselheiros	7
1.3.5	Dias de campo: tratos culturais na lavoura do seu futuro	7
2.	GESTÃO PREVIDENCIAL	10
2.1	A FAPERS em números	10
2.1.1	Participantes do time FAPERS	10
2.2	Os times da Fundação	10
2.3	Jogadores juniores e masters	10
2.4	Jogar na retranca reduz benefícios futuros	11
2.5	Escores alcançados em 2013	12
2.6	Fluxo Previdenciário por Plano	12
2.7	Evolução do passivo atuarial da FAPERS	13
3.	GESTÃO DE INVESTIMENTOS	16
3.1	Cenário dos Investimentos 2013	16
3.2	Conhecendo um pouco os termos utilizados pela área de investimentos	17
3.3	Evolução do Patrimônio da FAPERS	17
3.4	Rentabilidade	20
3.5	Estrutura de gastos para a Área de Investimentos no ano	22
3.6	Análise do exercício pela Área de Investimentos	23
3.7	Quanto a Meta Atuarial	23
3.8	Projeto Melhoria da Gestão de Risco dos Investimentos	24
3.8.1	Risco de Mercado	24
3.8.2	Risco de Crédito	24
3.8.3	Risco Sistêmico	24
3.8.4	Legal e Operacional	25
3.8.5	Risco de Liquidez	25
3.9	Desenquadramentos e inobservâncias à lei	25
3.10	Política de Investimentos	25
4.	GESTÃO CONTÁBIL	30
4.1	Conhecendo um pouco os termos utilizados pela área de contabilidade	30
4.2	Demonstrações Contábeis	31
4.3	Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2013	32
4.4	Demonstrações Patrimoniais e de Resultado dos Planos	32
4.4.1	Demonstração da mutação do patrimônio social (DMPS)	32
4.4.2	Demonstração da mutação do ativo líquido por Plano de Benefícios (DMAL)	33
4.4.3	Comparativo entre a Demonstração da mutação do patrimônio social consolidado (DMPS) e da Demonstração da mutação do ativo líquido por plano de benefícios (DMAL)	35
4.4.4	Demonstração do ativo líquido por plano de benefício (DAL)	35
4.5	Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA)	38
4.6	Demonstração das Provisões Técnicas dos planos de benefícios (DPT)	39
4.7	Notas explicativas	41
	Pareceres	61

Introdução

Senhores Participantes e Beneficiários da FAPERS e Administradores do Patrocinador ASCAR

Em atendimento às disposições legais de prestar contas e dar publicidade aos atos de Gestão da Fundação, a Diretoria Executiva traz ao conhecimento de todos os participantes, ativos, assistidos e beneficiários e aos administradores do Patrocinador o Relatório Anual relativo ao exercício de 2013, as Demonstrações Financeiras dos Planos de Benefícios administrados pela Fundação e o Parecer Técnico Atuarial, da Auditoria Externa, do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo.

O Relatório Anual de Atividades tem como objetivo apresentar o resultado dos trabalhos do ano, bem como, atender o artigo 4º da Resolução nº 23/2006 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC), que determina que seja elaborado o Relatório Anual de Atividades, com informações do exercício anterior a ser encaminhado a todos os participantes e beneficiários dos Planos administrados pela FAPERS.

A FAPERS, visando cumprir com a legislação vigente e reduzir custos, coletou três orçamentos para emissão deste Relatório, cujo valor unitário foi de R$ 2,99 (dois reais e noventa e nove centavos). A partir do ano que vem, espera-se implantar um Programa de Educação Previdenciária que substitua a modalidade impressa deste material pela modalidade eletrônica.

O conhecimento dos participantes e assistidos sobre o que ocorre na Fundação leva a discussão de novas posturas diante dos fatos, somando ideias e criando possibilidades de melhorias contínuas neste processo tão complexo e desafiador que busca garantir um amanhã melhor para todos os participantes. Convidamos você, participante, a ler com atenção este Relatório, o qual foi minunciosamente, construído visando facilitar a compreensão do funcionamento do seu Fundo de Pensão.

Boa leitura!

INSTITUCIONAL

1. INSTITUCIONAL

1.1. MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

O ano de 2013, caracterizou-se como um ano de mudanças importantes na trajetória da Fundação. Se o ano de 2012 foi dedicado a estudos que levassem à solução, junto à Patrocinadora e PREVIC, para os déficits do Plano Geral Saldado e do Plano Misto, 2013 foi marcado pelo equacionamento destes *déficits*, o que dá um novo fôlego aos Planos.

Uma situação nova, para a maioria dos participantes, foi conhecer a forma como os *déficits* devem ser equacionados uma vez que coube aos participantes pagar a sua parte também, além do patrocinador. Isto causou incompreensão de algumas pessoas e insatisfação de outras, por ter sido a primeira vez que isto aconteceu, mas demonstra também, que é necessário atenção ao equilíbrio atuarial dos Planos e aos agentes que podem causar o desequilíbrio, tais como: benefícios de risco (auxílio doença, aposentadoria por invalidez, auxílio reclusão, pensão, pecúlio); o aumento da longevidade; não atingimento da meta atuarial dos planos, dentre outros. A alteração regulamentar efetuada para o Plano Geral Saldado já minimiza alguns efeitos de futuros *déficits* neste Plano, o momento, agora, é de reavaliar o regulamento do Plano Misto para que fatores como os acima citados não causem novos *déficits* e venham a desencadear em um novo equacionamento.

Afora os equacionamentos de *déficits*, o ano de 2013 foi profícuo no contato e aproximação da Fundação com seus participantes e não participantes, por meio dos Dias de Campo promovidos conjuntamente com o Patrocinador. Tais eventos oportunizaram àqueles que participaram do evento conhecer aspectos inerentes à previdência complementar, a situação dos planos administrados pela Fundação, bem como, proporcionou momentos para que os associados tirassem suas dúvidas individuais e realizassem simulações de aposentadoria. A participação da equipe da FAPERS nas capacitações iniciais realizadas com os novos funcionários, também foi um ponto forte do ano de 2013.

Acreditamos que este último ano possibilitou aos participantes ativos e assistidos conhecer um pouco mais sobre a previdência complementar e a Fundação. Termos como benefícios de risco, tábua de mortalidade, meta atuarial de um plano, equacionamento de *déficit* e a necessidade do beneficiário administrar a sua previsão de aposentadoria, foram temas amplamente debatidos que evidenciaram a necessidade de cada participante estar a par do que ocorre na Fundação e o que impacta no seu plano de aposentadoria no curto, médio e longo prazo.

Cabe destacar ainda, que neste último ano foi implementado uma importante ferramenta para garantir a segurança dos recursos aplicados pelos participantes em nossa Fundação, que foi o estudo da ALM - Asset Liability Management. Este estudo visa determinar quanto de recursos a Fundação deve ter disponível ao longo do tempo, demonstrado a necessidade de liquidez em cada ano. Com base nestas necessidades, que chamamos de Fluxos Atuarias, é possível realizar o planejamento das aplicações financeiras da FAPERS, visando o longo prazo, que proporciona as melhores taxas de retorno. No ano de 2013 com o aumento da Taxa Selic pelo Governo Federal para conter a inflação, fez com que os Títulos Púbicos Federais voltassem a pagar taxas acima da Meta Atuarial. A FAPERS em posse do estudo de ALM aproveitou estas taxas realizando aplicações com vencimentos até o ano de 2050, garantindo desta forma o pagamento das futuras aposentadorias.

Para finalizar, esta Diretoria agradece o empenho dos empregados, conselheiros e comissões da Fundação que somaram esforços no sentido de fortalecer a Fundação. As condições estão postas e o ano de 2014 deve ser um ano focado na eliminação dos fatores de risco do Plano Misto e no chamamento dos não sócios a fazerem parte da FAPERS.

1.2. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

Endereço da FAPERS

Rua Marcílio Dias, 1073
CEP: 90130-001
Porto Alegre/RS
Fone: (51) 3231-7444
Site: www.fapers.com.br
E-mail: fapers@fapers.org.br

CONSELHO DELIBERATIVO
Leonir Bonavigo – Presidente
Adelaide Juvena Kegler Ramos
Ancila Maria Heck Altmann
Cleber Schuster
Dulphe Pinheiro Machado Neto
Luiz Carlos Migliorini
Volnei Wruch Leitzke
Zacheu Gomes Canellas

Suplentes
Carlos Roberto Vieira da Cunha
Cesar Augusto B. de Medeiros
Deolinda Cecília Pickler
Derli Paulo Bonine
Doriana Gozzi Miotto
Edgar João Copatti
Eduardo Rigon Gelain
Suzana Medianeira Lunardi

CONSELHO FISCAL
Gladimir Ramos de Souza – Presidente
Valdir Sangaletti
Luiz Pedro Trevisan

Suplentes
Claudio Rufino de Aguiar
Fernando Luiz Horn
Maureen Spanenberg

DIRETORIA EXECUTIVA
Paulo Francisco Conrad – Diretor Superintendente
Clever Renato Neuenfeldt – Diretor Financeiro
Aluísio Santos Ribeiro – Diretor de Seguridade

1.3. GOVERNANÇA

"Fora do campo é fácil ser treinador, todos sabem o que fazer..."

1.3.1 O TIME ESTÁ CERTIFICANDO

Em 2013, doze membros dos Conselhos, Comissão de Investimentos e empregadas foram certificados para atender a legislação que rege as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, em específico a Resolução CMN nº 3792, de 24 de setembro de 2009, a qual exige a certificação dos profissionais que fazem parte dos processos decisórios de investimentos. O certificado foi conferido a partir da realização da prova de conhecimentos da ANBIMA – Associação Nacional das Entidades dos Mercados Financeiro e Capitais. Se certificaram este ano:

Nomes	**Área de Atuação**
Paulo Francisco Conrad	Diretor Superintendente
Ancila Maria H. Altmann	Conselho Deliberativo
Adelaide Juvena K. Ramos	Conselho Deliberativo
Cesar Augusto B. de Medeiros	Conselho Deliberativo
Cleber Schuster	Conselho Deliberativo
Derli Paulo Bonine	Conselho Deliberativo
Luiz Carlos Migliorini	Conselho Deliberativo
Eduardo R. Gelain	Conselho Deliberativo
Suzana Medianeira Lunardi	Conselho Deliberativo
Zacheu Gomes Canellas	Conselho Deliberativo
Gladimir Ramos de Souza	Conselho Fiscal
José Francisco K. Riffel*	Área de Investimentos

* Renovação

Acompanhe as certificações acessando o ícone Notícias no site da Fundação, esta qualificação é importante para a gestão da FAPERS!

1.3.2 RECADASTRAMENTO

1.3.2.1 Time em campo: ATIVOS

Atento as regras do jogo e para não ser punido com um cartão, é importante que o Participante ativo mantenha seus dados pessoais atualizados na Ficha Básica da Ascar, pois, com a implantação do novo sistema de informática da FAPERS, os dados cadastrais para a cobrança das contribuições são importados daquele sistema.

A atualização é rápida, acesse o site www.emater.tche.br, clique em Intranet e insira sua matrícula e senha, após clique Sistemas Ficha Básica e atualize seus dados! Após a atualização, clique em gravar.

1.3.2.2 Técnicos: APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Em 2013, os aposentados e pensionistas realizaram o recadastramento dos seus dados na Fundação. O Recadastramento é um procedimento importante uma vez que evita fraudes, impedindo que pessoas com procuração continuem sacando valores após o falecimento do aposentado e/ou pensionista.

1.3.3 COMUNICAÇÃO COM O PARTICIPANTE

Participante! Você pode acompanhar as novidades de seu Fundo de Pensão por meio:

a) Site da Fundação: www.fapers.org.br, no link notícias
b) E-mail marketing
c) Rádio Previdência
d) FAPERS Informa

Você, ainda, pode contatar a Fundação a partir dos e-mails individuais dos setores, ou ainda pelos e-mails: sugestao@fapers.org.br e ouvidoria@fapers.org.br. Também está disponível o número 0800 643-74 44.

1.3.4 CAPACITAÇÃO DE CONSELHEIROS

Nos dias 25 e 26 de junho de 2013, a FAPERS realizou uma Capacitação para os membros do Conselho Deliberativo. Na oportunidade, foram tratados os seguintes temas: a) Papel do Conselheiro; b) Fundamentos da Previdência Complementar; c) Planos de Benefícios; d) Atuária; e) Desafios frente aos novos cenários e f) Gestão Financeira e Administrativa.

1.3.5 DIAS DE CAMPO: TRATOS CULTURAIS NA LAVOURA DO SEU FUTURO

Durante o ano de 2013, a FAPERS, em parceria com o patrocinador ASCAR desenvolveu 30 eventos intitulados Dias de Campo: tratos culturais na lavoura do seu futuro, envolvendo as 12 regiões administrativas da Emater/RS-Ascar.

Os eventos tiveram como objetivo:
- Aproximar gestores e participantes do Fundo de Pensão restabelecendo a confiança e a credibilidade.
- Integrar a GRH – Gerência de Recursos Humanos do Patrocinador e o Fundo de Pensão em ações em prol do empregado;
- Qualificar os empregados da ASCAR para tomada de decisões antes e depois da adesão a Planos patrocinados pela ASCAR e administrados pela FAPERS.
- Informar, de forma clara e concisa, o que é um Fundo de Pensão e como ele se organiza.
- Difundir conteúdos básicos sobre previdência complementar, legislação sobre os fundos de pensão e modelagem de planos de benefício definido e contribuição definida, oportunizar práticas sobre como navegar pelo site da Fundação, criar/alterar senha, usar do simulador de benefício, qualificar pessoas para desempenho de funções e desempenho de cargos de gestão e operacionalização.
- Realizar exames de saúde (a cargo do Patrocinador).
- Orientar os empregados acerca de práticas de saúde e segurança do trabalho (a cargo do Patrocinador).

Nos referidos eventos, a Fundação desenvolveu os seguintes conteúdos em cada estação:

Na primeira estação, denominada Plantando e cultivando uma decisão para a toda vida, foram desenvolvidos temas gerais da Previdência Complementar tais como: o que é, objetivos, importância para o participante, patrocinador e sociedade, aspectos legais, estrutura interna da Fundação.

A segunda estação, denominada Seu Plano/Sua Planta, foi direcionada ao conhecimento dos Planos administrados pela Fundação. A estação tratou dos seguintes temas: a) O Plano de Benefício Definido I: quem são os participantes, como funciona, benefícios oferecidos pelo Plano. b) O Plano Misto: quem são os participantes; valor das contribuições; benefícios oferecidos pelo Plano; institutos oferecidos pelo Plano; contribuições adicionais; imposto de renda; como aderir. c) O Plano Geral Saldado: quem são os participantes; como funciona; benefícios oferecidos pelo Plano.

A terceira estação, denominada Fertilizando sua contribuição, buscou transmitir ao participante a forma como são tratados os recursos investidos no fundo por ele e pelo patrocinador. Os assuntos abordados foram: Plano de Gestão Administrativa; Política de Investimentos; entendendo o cálculo da cota; enten-

dendo o reajuste do benefício; entendendo o cálculo da rentabilidade; influências externas na rentabilidade dos Planos; premissas atuariais e sua interferência nos Planos; onde são investidos os recursos dos Planos; empréstimos aos participantes.

A quarta estação, denominada Planejando a colheita, foi dedicada aos atendimentos individuais. Nestes atendimentos, os participantes puderam simular seu benefício e aqueles que não são participantes, simular a sua contribuição.

GESTÃO PREVIDENCIAL

2. GESTÃO PREVIDENCIAL

"No camarote, na cadeira cativa ou na arquibancada só a sua família,
no jogo da sua aposentadoria você é o craque, portanto, entre em campo."

2.1 A FAPERS EM NÚMEROS

No ano de 2013, 129 participantes ingressaram no Plano de Benefícios II – Plano Misto e 75 se aposentaram pela Fundação.

2.1.1 PARTICIPANTES DO TIME FAPERS

Ano	Assistidos	Ativos	Total
2009	569	1.494	2.063
2010	592	1.461	2.053
2011	624	1.508	2.132
2012	628	1.590	2.218
2013	700	1.645	2.345

Pela tabela acima se observa que a variação do número de participantes tem apresentado pequena oscilação nos últimos anos. Destaque para os ativos de 2013, pois foram considerados os participantes que se encontram suspensos.

2.2 OS TIMES DA FUNDAÇÃO

Atualmente a Fundação conta com três times: o Plano de Benefícios Definido I - PBDI, o Plano de Benefícios II – Plano Misto e o Plano Geral Saldado - PGS. O Plano de Benefícios Definido I foi o primeiro time a entrar em campo, mas o único que ainda recruta novos jogadores é o Plano Misto, que começou a jogar em 2001. O Plano Geral Saldado é composto por todos participantes ativos, assistidos e pensionistas que se encontravam na Fundação em 31 de dezembro de 2000 e também não recruta novos jogadores, mas muitos jogadores desse time também jogam pelo Plano Misto. Então, você terá jogadores jogando tanto no Plano Geral Saldado, quanto no Plano Misto.

Veja nos quadros abaixo a escalação dos times:

Plano de Benefício Definido I

Participantes ativos	**1**
Aposentados	**15**
Pensionistas	**-**
TOTAL	**16**

Plano de Benefícios II – Plano Misto

Participantes ativos	**1.644**
Aposentados	**438**
Pensionistas	**47**
TOTAL	**2.129**

Plano Geral Saldado

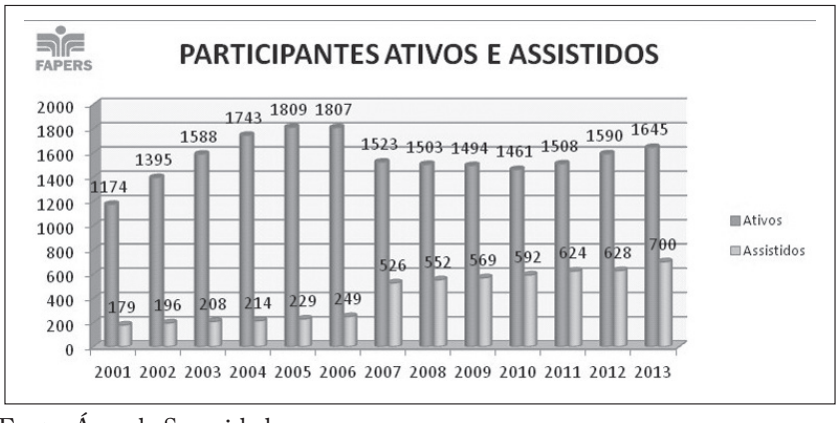
Participantes ativos	**282**
Aposentados	**373**
Pensionistas	**46**
TOTAL	**701**

Participantes no Plano Misto e Plano Geral Saldado

Participantes ativos	**282**
Aposentados	**216**
Pensionistas	**3**
TOTAL	**501**

2.3 JOGADORES JUNIORES E MASTERS

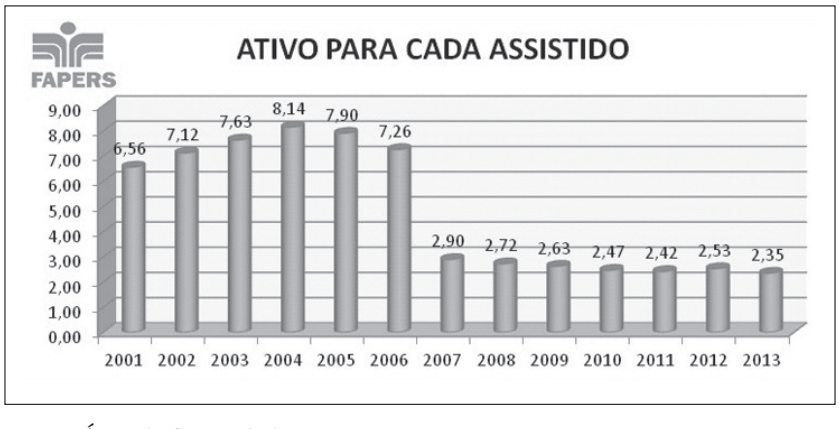
Planos de benefícios na modelagem de benefício definido e contribuição variável como é o caso dos Planos da Fundação são mantidos pela gradual renovação dos participantes. Pelo gráfico abaixo é possível vizualizar, anualmente, o número de participantes ativos e assistidos da Fundação.



Fonte: Área de Seguridade

Ao analisarmos o gráfico acima percebe-se que há um sensível aumento no número de participantes ativos, porém ainda pequeno para fazer frente ao crescimento do número de assistidos.

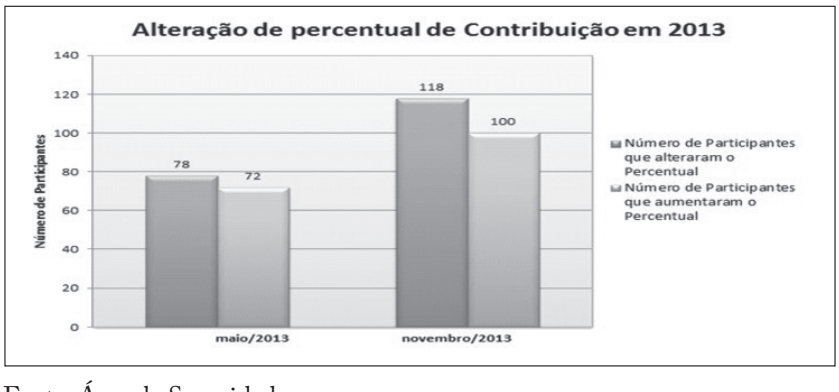
Abaixo veja a relação de ativos para cada assistido



Fonte: Área de Seguridade

2.4 JOGAR NA RETRANCA REDUZ BENEFÍCIOS FUTUROS

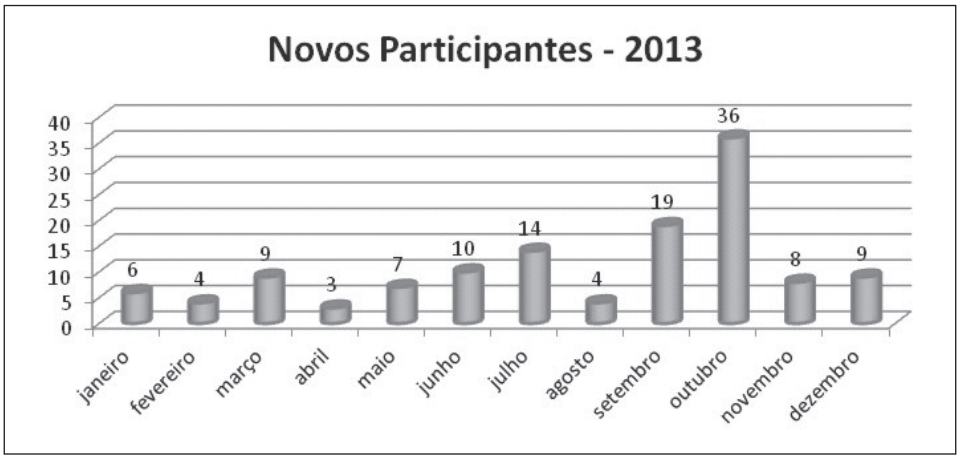
O percentual de contribuição do participante em Planos de Contribuição variável como é o caso do Plano Misto faz toda a diferença no valor da aposentadoria futura. Com o gráfico abaixo podemos observar que a maioria das alterações foi de aumento de percentual.



Fonte: Área de Seguridade

2.5 ESCORES ALCANÇADOS EM 2013

Todo ano há um número de participantes que ingressam na Fundação e outros que e se aposentam. Em 2013, ingressaram na Fundação 129 participantes. Veja o quadro abaixo:



Fonte: Área de Seguridade

Ainda em 2013, aposentaram-se 72 participantes. Ocorreram 8 óbitos (5 óbitos de participantes ativos e 3 óbitos de assistidos) e foram pagos 8 pecúlios por morte, num total de R$ 443.011,40. Foram pagos 43 resgates de contribuições num total de R$ 2.924.502,35. O quadro abaixo informa os benefícios concedidos com seus respectivos valores:

Benefícios	Total pago no ano
Aposentadoria Tempo Serviço	582.387,23
Renda Vitalícia (Aposentadoria no Plano Misto)	1.692.679,83
Renda Temporária	167.859,90
Aposentadoria por Invalidez	664.551,13
Pensões Plano Misto	1.233.240,67
Auxílio-doença	299.592,14
Aposentadoria Saldada	11.170.896,73
Pensões PGS	1.438.707,23
Pecúlios Plano Misto	316.270,70
Pecúlios PGS	126.740,70

Fonte: Área de Seguridade

2.6 FLUXO PREVIDENCIÁRIO POR PLANO

Apresentamos no quadro abaixo o Fluxo Previdenciário da área de seguridade, o qual demonstra os valores pagos de benefícios e resgates, bem como as contribuições normais dos participantes e patrocinadores e a contribuição extraordinária dos participantes, realizadas durante o ano de 2013. As contribuições extraordinárias dos Patrocinadores não aparecem no fluxo em função de que as mesmas são firmadas em Contrato e, portanto são remuneradas de acordo com o estabelecido no documento.

O saldo apresentado não demonstra a situação financeira da Fundação, pois tem como objetivo básico demonstrar o saldo estimado que será coberto pelo retorno dos investimentos para cumprir os compromissos com o pagamento de benefícios.

2013														
Saídas	Plano	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
1 - Previdencial	BD	44.229,11	44.229,11	44.229,11	44.229,11	44.229,11	44.229,11	44.229,11	44.229,11	44.229,11	44.229,11	46.698,71	93.397,42	582.387,23
2 - Previdencial	PM	281.553,36	293.254,28	405.177,66	285.705,82	329.648,89	329.333,63	366.650,14	308.570,66	766.192,80	359.518,87	339.072,19	651.724,30	4.716.402,60
3 - Previdencial	PGS	906.599,40	906.599,75	906.599,75	905.907,61	943.474,15	941.627,90	973.560,15	1.008.227,95	1.020.128,45	1.008.624,38	1.139.580,01	2.072.917,94	12.733.847,44
4 - Resgate	PM+PGS	0,00	21.118,63	2.283,86	10.254,44	631.571,97	16.278,62	1.385.614,52	143.175,75	578.488,29	32.255,52	99.857,54	3.603,21	2.924.502,35
TOTAL	-	1.232.381,87	1.265.201,77	1.358.290,38	1.246.096,98	1.948.924,12	1.331.469,26	2.770.053,92	1.504.203,47	2.409.038,65	1.444.627,88	1.625.208,45	2.821.642,87	20.957.139,62
Receita														
1 - Contribuição Participante	PM+PGS	501.195,78	497.422,32	515.806,37	506.911,78	486.910,37	480.539,17	490.337,41	486.094,82	478.091,82	640.157,00	523.322,57	1.091.187,37	6.697.976,78
2 - Contribuição Patrocinadora	PM+PGS	460.458,53	456.332,09	461.663,61	449.608,06	445.133,60	443.281,44	450.834,85	441.949,26	439.721,50	586.104,57	470.483,50	940.177,01	6.045.748,02
3 - Contribuição Extraordinária	PM+PGS	-	-	-	182.721,58	190.263,54	189.903,41	196.344,14	208.958,33	220.019,22	220.599,46	230.978,89	453.787,07	2.093.575,64
4 - Autopatrocinados	PM+PGS	11.972,34	11.804,93	12.301,10	12.116,94	10.836,09	10.449,78	10.300,46	9.503,94	8.809,49	9.123,62	9.724,08	19.370,91	136.313,68
5 - Portabilidade	PM+PGS	-	-	-	-	-	17.391,96	-	-	-	-	-	-	17.391,96
TOTAL	-	973.626,65	965.559,34	989.771,08	1.151.358,36	1.133.143,60	1.141.565,76	1.147.816,86	1.146.506,35	1.146.642,03	1.455.984,65	1.234.509,04	2.504.522,36	14.991.006,08
SALDO	-	- 258.755,22	- 299.642,43	- 368.519,30	- 94.738,62	- 815.780,52	- 189.903,50	- 1.622.237,06	- 357.697,12	- 1.262.396,62	11.356,77	- 390.699,41	- 317.120,51	- 5.966.133,54

Neste Fluxo não está contemplada a contribuição extraordinária da Patrocinadora

Fonte: Área de Seguridade

2.7 EVOLUÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL DA FAPERS

As principais hipóteses adotadas na reavaliação atuarial de 2013 foram:

Plano de Benefício Definido I

Composição de Família de Pensionistas – experiência regional;
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios) – INPC;
Taxa Real Anual de Juros de 6,00% (até junho 2013);
Tábua de Mortalidade Geral – AT 83 (até junho 2013);
Taxa Real Anual de Juros de 5,00% (a partir de julho 2013);
Tábua de Mortalidade Geral – AT 2000 (a partir de julho 2013).

Plano de Benefícios II – Plano Misto

Composição de Família de Pensionistas - experiência regional;
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios) - INPC;
Taxa Real Anual de Juros de 6,00% (até junho 2013);
Tábua de Mortalidade Geral – AT 83 (até junho 2013).
Taxa Real Anual de Juros – 5,50% (a partir de julho 2013);
Tábua de Mortalidade Geral - AT 2000 (a partir de julho 2013);
Tábua de Entrada em Invalidez – MULLER;
Tábua de Mortalidade de Inválidos – AT 49.

Plano Geral Saldado

Composição de Família de Pensionistas - experiência regional;
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios) - INPC;
Taxa Real Anual de Juros de 6,00% (até novembro 2013);
Tábua de Mortalidade Geral – AT 83 (até novembro 2013).
Taxa Real Anual de Juros – 5,75% (a partir de dezembro de 2013);
Tábua de Mortalidade Geral – AT 2000 (a partir de dezembro de 2013).

2.8 EQUALIZAÇÃO DOS *DÉFICITS* DOS PLANOS

O ano de 2013, foi marcado pelo equacionamento dos *déficits* do Plano Geral Saldado e Plano de Benefícios II – Plano Misto, administrados pela FAPERS.

Plano Geral Saldado

No dia 24 de abril do corrente ano, assinaram a Escritura de Confissão de Dívida do Plano Geral Saldado, encerrando um longo e penoso período de negociações iniciado em dezembro de 2011.

Durante esse tempo, as Diretorias das duas Entidades e seus Conselhos, discutiram e buscaram formas de equacionar o problema de insolvência do PGS. Em outubro de 2012, após três rodadas de Mediação junto a PREVIC em Brasília, foi assinado Acordo que permitiu a retomada do pagamento das dívidas do Plano Geral Saldado.

Em 31 de janeiro de 2013, o *déficit* do PGS somava a importância de R$ 89.575.016,62. A dívida financeira totalizava o valor de R$ 19.789.953,91 e o *déficit* Atuarial R$ 69.785.062,71.

Os fatores que levaram ao *déficit* foram:
a) Com relação à Dívida Financeira: inadimplência do Patrocinador;
b) Com relação ao *Déficit* Atuarial: criação do Plano Geral Saldado que aumentou benefícios e não respeitou a normatização legal relativa à paridade contributiva;

Por força legal, para o equacionamento do *déficit* coube ao Patrocinador assumir a Dívida Financeira sozinha e 50% do *déficit atuarial* em 252 parcelas mensais, com base na Tabela *Price*, tendo como indexador o índice INPC + 6%.

A outra parcela de 50% foi suportada pelos 704 participantes do Plano da seguinte forma:
a) Aposentados e ativos elegíveis ao benefício: contribuição extraordinária de 20,17% do benefício, durante 21 anos, sujeito a alteração, conforme o resultado apurado no estudo do Demonstrativo Atuarial a cada final de ano;
b) Ativos: Redução dos benefícios a conceder numa única vez, 15,47%.

Para levar tal informação aos participantes foram realizadas 10 reuniões de interiorização, nas quais participaram 429 participantes do Plano.

Documentos relativos ao processo de negociação do *déficit* podem ser acessados no *site* da Fundação, no ícone Transparência, Negociação do déficit técnico do PGS onde também foi disponibilizado um *power point* explicativo.

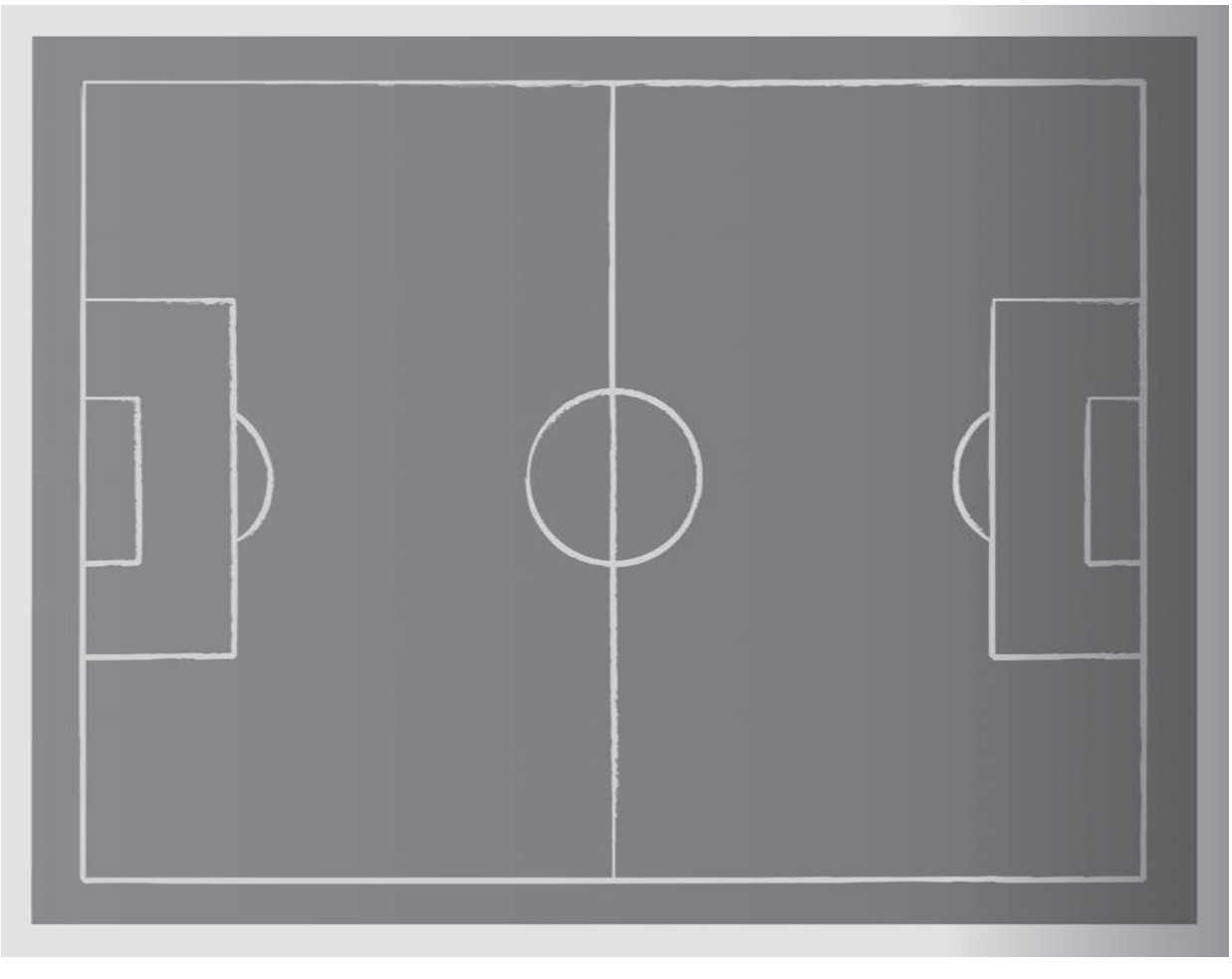
Plano de Benefício II – Plano Misto
A legislação estabelece que, por ocasião do encerramento de cada exercício, as Entidades de Previdência complementar realizem a avaliação atuarial dos Planos que administram para verificar seu equilíbrio econômico-atuarial.

Na avaliação atuarial realizada em 31/12/2012, o Plano de Benefícios II – Plano Misto apresentou um *déficit* de R$ 7.628.597,22. Deste montante, 50% foram suportados pelos Patrocinadores ASCAR e FAPERS e 50% pelos participantes (ativos, aposentados e pensionistas).

Os fatores que levaram ao déficit foram:
a) Cenário econômico;
b) Mudanças na tábua de mortalidade dos participantes;
c) Meta de retorno dos investimentos (redução da taxa de juros);
d) Falta de cobertura para pagamento dos benefícios de risco;

No dia 27 de junho de 2013, o Conselho Deliberativo da FAPERS aprovou a forma de equacionamento do *déficit* acima referido que foi implantado a partir de agosto de 2013, da seguinte forma:
a) Instituição de contribuição extraordinária de 5,21% dos benefícios pelo período de vinte e um anos para os assistidos e;
b) Redução dos benefícios a conceder de 2,09% para os ativos, numa única vez, em agosto de 2013. Para uma melhor compreensão do participante a Fundação disponibilizou no site da Fundação, no ícone Transparência, Equacionamento do *déficit* do Plano Misto, uma apresentação sobre os motivos que levaram ao déficit, bem como, a forma do equacionamento do mesmo que recai sobre os Patrocinadores e participantes.

GESTÃO DE INVESTIMENTOS



3. GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

"Time só de craques não é garantia de vitória é necessária sua correta escalação."

3.1 CENÁRIO DOS INVESTIMENTOS 2013

Por Marco Martins
Consultor para a Área de Investimentos

O ano de 2013 pode ser classificado como um dos períodos mais conturbados para os investidores desde o ano de 2008, pois a grande maioria dos investidores institucionais viveu um cenário de muita incerteza, associado à alta volatilidade e com taxas de retornos muito modestas, em muitos casos até negativas. Como consequência, a esmagadora maioria dos investidores institucionais não conseguiu gerar rentabilidades compatíveis com sua exigência atuarial.

Tal fato pode ser explicado a partir de vários vetores, no entanto, a indefinição em relação aos rumos da política econômica durante os primeiros quatro meses do ano, retardou o movimento de elevação da taxa de juros para frear o ímpeto inflacionário. Tal fato gerou incerteza com taxas reais de juros negativas no CDI e uma especulação na curva de juros futuros, levando à deterioração exacerbada dos preços das NTN-Bs, títulos que compõem a carteira do IMA-B, levando, assim, a contabilização de elevadas perdas no IMA--B com alta volatilidade. O mercado de ações, por sua vez, reagiu negativamente a todas estas incertezas associadas à política econômica, acrescidas as incertezas regulatórias para o setor elétrico e para os demais setores envolvendo concessões.

Tal quadro somente sinalizou alguma reversão a partir de maio, com o Banco Central atuando de forma mais contundente sobre as taxas de juros que combinado com medidas "macro-prudenciais", retardou alguns aumentos de tarifas públicas. Se por um lado, a curva do CDI e de inflação encontraram uma trajetória favorável aos investidores, a volatilidade não deu trégua, alimentada por intensas manifestações de ruas, por incertezas regulatórias e, finalmente, por ameaças advindas da economia americana, seja pelo risco que uma eventual retirada dos incentivos, com a valorização do dólar frente às demais moedas, poderiam gerar sobre as economias emergentes, seja pelas dificuldades do Presidente dos Estados Unidos em negociar o aumento do teto de endividamento público americano. Dentro desse quadro, ocorreram pressões pontuais sobre os juros futuros, sobre o dólar e sobre o mercado de ações.

Assim, somente a partir da segunda quinzena de agosto os mercados passaram a experimentar sinais de recuperação e um pouco mais de tranquilidade, pois o Banco Central local deixou mais claro suas intenções de que irá subir a taxa SELIC o quanto for necessário para trazer a inflação para o centro da meta, e o Banco Central dos Estados Unidos (FED) sinalizou que a retirada dos incentivos será feita com bastante parcimônia minimizando "choques" mais profundos na economia mundial, em função de uma possível valorização do dólar em relação às demais moedas.

Todo esse quadro, pode ser complementado por uma inflação persistente, com o IPCA fechando o ano com 5,91%, combinada com uma política econômica, que mudou regras de forma abrupta – como no caso do setor elétrico – e que entregou uma taxa de crescimento aquém do necessário, com uma política fiscal frouxa.

Em termos de investimentos o ano acabou encerrando como um dos piores da história, com o Ibovespa experimentando uma queda de 15,51%, o IMA-B com uma perda de 10,02% e o CDI fechando com um ganho de 8,05%. De qualquer forma, embora o ano termine bem mais tranquilo do que começou, a recuperação ocorrida nos mercados não foi suficiente para que os investidores, em sua maioria, conseguissem recuperar todas as perdas acumuladas ao longo do ano.

Dentro desse conturbado cenário, a FAPERS, optou por uma posição mais conservadora, diversificando a carteira e buscando oportunidades pontuais para amenizar os efeitos do cenário. Como destaque desta estratégia, vale ressaltar a decisão de encerrar no início do ano as exposições ao IMA-B, o direcionamento para fundos de investimento no exterior, a compra de uma pequena posição de fundo imobiliário e o aumento das posições em títulos públicos federais, na medida em que as taxas destes papéis apresentaram recuperação. Além disso, as carteiras de investimentos apresentaram um desempenho melhor que seus respectivos *benchmarks*.

3.2 CONHECENDO UM POUCO OS TERMOS UTILIZADOS PELA ÁREA DE INVESTIMENTOS

***Asset Liability Management* (ALM):** O estudo de ALM tem a finalidade de auxiliar a definição das alocações de investimentos que maximizam a probabilidade de que os objetivos de longo prazo da FAPERS sejam cumpridos junto aos participantes. A metodologia de tal estudo determina composições de investimentos que satisfaçam as condições de solvência almejadas pela Fundação, à luz dos compromissos atuariais, dos cenários econômicos projetados, das características dos ativos atuais, das regras e dos limites impostos pela legislação e pela política de investimentos.

Benchmarks: O *benchmark* é um índice ou indicador de desempenho que serve como parâmetro de comparação para os fundos e outros investimentos. Em geral, o objetivo dos investimentos é superar o seu *benchmark*. Como exemplo, um fundo de renda fixa que possua o CDI como o seu benchmark, buscará ter sua rentabilidade igual ou superior a essa referência.

Cota: A cota é a menor fração do patrimônio de um fundo de investimento. De acordo com a CVM, as cotas são partes iguais que dividem o patrimônio líquido de um fundo de investimento. O valor da cota é determinado pela divisão do patrimônio líquido pelo número de cotas do fundo de investimento.

Rating: O *rating* é uma classificação da qualidade de crédito de uma empresa, país ou título. Ele valida a capacidade de pagamento de obrigações financeiras, também chamadas de títulos de dívida, e o grau de cumprimento do pagamento. A classificação é atribuída por agências que classificam as dívidas em níveis, dando-lhes "notas" por bom ou mau desempenho. As três principais agências que classificam os títulos de dívida são as norte-americanas Moody's, Standard & Poors e Fitch.

Tracking error: É uma medida de quão aproximadamente um portfolio replica o seu benchmark. O *tracking error* mede o desvio-padrão da diferença entre os retornos do portfolio e os do benchmark.

***Value at Risk* (VaR):** É um método para avaliar o risco em operações financeiras. O VaR resume o risco de um instrumento financeiro ou o risco de uma carteira de investimentos em um número, um montante financeiro, que representa a pior perda esperada em um dado horizonte de tempo.

3.3 EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO DA FAPERS

A administração dos recursos dos planos de previdência complementar nas modalidades de benefício definido e contribuição variável são pautadas por uma visão de longo prazo. Desta forma, ao investir os recursos do participante, os gestores têm como objetivo garantir o pagamento dos benefícios futuros, sujeito a incertezas do cenário econômico e restrições impostas pela legislação vigente.

A FAPERS encerrou, o ano de 2013, com um patrimônio de R$ 364 milhões de reais, considerando o valor correspondente do contrato de dívida do Patrocinador Ascar, com um crescimento de 27,84% em relação ao ano anterior, e uma rentabilidade global bruta de 8,17% e líquida de 7,78%.

COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO – CONSOLIDADO

PARTICIPAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NO PATRIMÔNIO SOCIAL DA FAPERS					
	31.12.2012		31.12.2013		VAR. 2012 / 2013
	R$	%	R$	%	%
PATRIMÔNIO SOCIAL	**284.815.265,09**		**364.113.410,00**		**27,84**
INVESTIMENTOS	**283.463.623,79**	**99,53**	**301.626.682,65**	**82,84**	**6,41**
Títulos Públicos	10.661.878,10	3,74	90.842.412,34	24,95	752,03
Créditos Privados e Depósitos	114.470.649,40	40,19	104.440.336,63	28,68	(8,76)
Ações	27.926.655,25	9,81	11.158.361,19	3,06	(60,04)
Fundos de Investimentos em Ações	-	-	45.052.088,74	12,37	-
Fundos de Investimentos	120.654.842,13	42,35	42.172.394,18	11,58	(65,05)
Investimentos Imobiliários	5.716.380,84	2,01	5.365.480,67	1,47	(6,14)
Empréstimos (a Participantes)	4.033.218,07	1,43	2.595.608,90	0,71	(35,64)
CONTR.EM ATRASO E DÍVIDA PATROCINADORAS	**3.344,61**	**0,00**	**61.425.998,67**	**16,87**	
Contrib.em Atraso e Dívida Patrocinadora Ascar a Receber	82.838.035,01	29,08	61.239.080,19	16,82	**(26,07)**
(-) PCLD - Prov.Créd.Liq.Duvidosa	(82.834.690,40)	(29,08)	0,00	-	**-**
Dívida Patrocinadora Fapers a Receber	0,00	-	186.918,48	0,06	**-**
Outros Valores a Receber	**1.348.296,69**	**0,47**	**1.060.728,68**	**0,29**	**(21,33)**

COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO – PLANOS

PARTICIPAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NO PATRIMÔNIO SOCIAL										
dez/13										
DEZEMBRO/2013	**CONSOLIDADO**		**PLANO PBD-I**		**PLANO MISTO**		**PLANO PGS**		**PLANO PGA**	
	R$	**%**	**R$**	**%**	**R$**	**%**	**R$**	**%**	**R$**	**%**
INVESTIMENTOS	**301.626.682,65**	**82,84**	**8.671.264,12**	**81,82**	**145.291.771,90**	**94,83**	**143.384.855,96**	**71,58**	**4.278.790,67**	**97,22**
Títulos Públicos	90.842.412,34	24,95	1.338.835,08	12,63	45.785.625,99	29,88	43.059.524,81	21,50	658.426,46	12,43
Créditos Privados e Depósitos	104.440.336,63	28,68	3.505.089,12	33,07	50.372.933,08	32,88	50.562.314,43	25,24	-	-
Ações	11.158.361,19	3,06	280.114,56	2,64	4.522.920,08	2,95	6.355.326,55	3,17	-	-
Fundos de Investimentos em Ações	45.052.088,74	12,37	805.596,08	7,60	26.606.269,36	17,37	17.640.223,30	8,92	-	-
Fundos de Investimentos	42.172.394,18	11,58	2.572.735,00	24,27	14.586.801,27	9,52	21.392.493,70	10,68	3.620.364,21	82,26
Investimentos Imobiliários	5.365.480,67	1,47	158.458,75	1,50	1.700.792,80	1,11	3.506.229,12	1,75	-	-
Empréstimos (a Participantes)	2.595.608,90	0,71	10.435,53	0,11	1.716.429,32	1,12	868.744,05	0,43	-	-
CONTR.EM ATRASO E DÍVIDA PATROCINADORAS	**61.425.998,67**	**16,87**	**1.310.209,45**	**12,35**	**3.889.703,85**	**2,54**	**56.226.085,37**	**28,07**	**-**	**-**
Contribuições e Dívida Patrocinador **Ascar** a Receber	61.239.080,19	16,82	1.310.209,45	12,35	3.862.527,69	2,52	56.066.343,05	27,99	-	-
Contribuições e Dívida Patrocinador **Fapers** a Receber	186.918,48	0,05	-	-	27.176,16	0,02	159.742,32	0,08	-	-
Outros Valores a Receber /Pagar(*)	**1.060.728,68**	**0,29**	**617.412,05**	**5,83**	**4.026.957,36**	**2,63**	**695.149,94**	**0,35**	**122.488,17**	**2,78**

COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO POR TIPO DE INVESTIMENTO

RENDA FIXA

Investimentos	Valor (R$)	Gestor
a) Títulos Públicos de Responsabilidade do Tesouro Nacional e/ou do Bacen e Créditos Securitizados do Tesouro Nacional		
- NTNB/NTNF	90.842.412,34	FAPERS
Total	**90.842.412,34**	
b) Aplicações em Instituições Financeiras		
b.1) Cotas de FI/FIDC Renda Fixa (Fundo de Investimento,Fundo Imob., Fundo de Inv. em Direitos Cred.)		
- BICBANCO FIDC	1.374.501,42	Banco Bic
- BRADESCO INST. FIRF CP	363.067,39	Banco Bradesco
- BRADESCO PLUS I	922.967,27	Banco Bradesco
- CEEE IV-D FIDC	664.537,22	Banco BTG Pactual
- ITAU SOBERANO	8.709.378,12	Banco Itaú-Unibanco
- RIO BRAVO F. IMOB.JHSF FBV	6.560.800,00	Rio Bravo Investimentos
- VOTORANTIM INSTITUCIONAL RF	23.577.142,76	Banco Votorantim
Total	**42.172.394,18**	
b.2) CDB/Operações Compromissadas c/ Lastro em Debêntures/DPGE		
- BANIF	1.469.754,78	FAPERS
- BIC	8.761.484,38	FAPERS
- FIBRA	7.253.738,11	FAPERS
- INDUSVAL	2.921.090,53	FAPERS
- MERCANTIL DO BRASIL	8.124.031,07	FAPERS
- PINE	190.769,32	FAPERS
- SAFRA	3.001.047,35	FAPERS
- SHAHIN	5.394.547,88	FAPERS
Total	**37.116.463,42**	
b.3) CRI (Certificado de Recebíveis Imobiliários)		
- BRC (PETROBRÁS)	4.109.056,45	FAPERS
Total	**4.109.056,45**	
b.4) Debêntures		
- ALGA	5.497.604,68	FAPERS
- ASPC	5.147.878,13	FAPERS
- BRASIL TELECOM	4.636.959,01	FAPERS
- CART	5.321.815,72	FAPERS
- CEMIG	7.018.385,99	FAPERS
- CBEE(Ampla)	4.777.363,45	FAPERS
- CPTE	12.660.997,76	FAPERS
- ENERGISA	4.480.590,80	FAPERS
- ROD. TIETE	8.222.228,28	FAPERS
- VALE	533,56	FAPERS
- TPI	5.450.459,38	FAPERS
Total	**63.214.816,76**	
Total dos Investimentos em Renda Fixa	**237.455.143,15**	

RENDA VARIÁVEL

Investimentos	Valor (R$)	Gestor
Cotas de FIA (Fundo de Ações)		
- BANCO NY MELLON	13.545.802,41	Banco NY Mellon
- BTG PACTUAL DIV FIC FIA	1.611.357,59	Banco BTG Pactual
- BRADESCO FIA BDR	919.384,79	Banco Bradesco
- FRANKLIN TEMPLETON VALOR FIA	14.720.812,23	Franklin Templeton
- ITAU RPI AÇÕES IBOVESPA	8.722.602,40	Banco Itaú-Unibanco
- RIO BRAVO FU SMC FIA	5.532.129,32	Banco BTG Pactual
Total FIA	**45.052.088,74**	
- CARTEIRA PRÓPRIA DE AÇÕES	11.135.483,39	FAPERS
- CARTEIRA PRÓPRIA DIVIDENDOS E JUROS A RECEBER	22.877,80	FAPERS

Total Carteira Própria	**11.158.361,19**	
Total dos Investimentos em Renda Variável	**56.210.449,93**	

INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Localização do Imóvel	Valor (R$)	Total (R$)
a) Saldanha Marinho 33, Porto Alegre:		
Imóveis Alienados - valores a receber	-	
Imóveis para uso próprio	133.412,58	**133.412,58**
b) Empreendimento St. Moritz, Gramado:		
Imóveis/Terrenos Alienados	189.849,69	
Terrenos para a venda	0,00	**189.849,69**
c) Casa - Rua Marcilio Dias, 1073, Porto Alegre:		
Imóvel uso próprio	886.896,23	
Valores a receber/pagar	3.000,00	**889.896,23**
d) Investimento em Shopping Center, Porto Alegre:		
Lindóia Shopping - 20%	5.109.364,97	
Provisão p/ oscilações no mercado imobiliário (*)	-1.000.000,00	
Valores a receber	42.957,20	
Total	4.152.322,17	**4.152.322,17**
Total dos Investimentos Imobiliários		**5.365.480,67**

(*) As oscilações nos preços dos imóveis são quase sempre imperceptíveis no curto prazo.

Já se comparados preços pela avaliação do mercado a cada três anos (obrigatório pela legislação) especialmente no caso de *shopping center*, pode haver sensíveis diferenças de valor, refletindo momentos otimistas ou recessivos do mercado. Neste contexto, por medida de cautela, provisionou-se o montante estimado como suficiente para absorver esta realidade.

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

Empréstimos aos Associados	2.595.608,90
Total dos Empréstimos aos Associados	**2.595.608,90**

3.4 RENTABILIDADE

O resultado do ativo da FAPERS, em 2013, superou o seu respectivo *benchmark* em quase todos os segmentos, mesmo que por uma contingência macroeconômica não tenha atingido a meta atuarial. A rentabilidade bruta da Fundação é utilizada para medir o desempenho dos investimentos frente ao mercado financeiro.

A rentabilidade líquida é a rentabilidade patrimonial do plano, ou seja, a rentabilidade bruta descontados os custos administrativos totais. Na tabela abaixo, você pode conferir a rentabilidade bruta por segmento, consolidado e por plano, comparada a rentabilidade líquida, seu respectivo benchmark e à Meta Atuarial.

CONSOLIDADO FAPERS - PLANOS PREVIDENCIAIS + PGA					
SEGMENTO	RENT. BRUTA %	RENT. LÍQUIDA %	BENCHMARK		META ATUARIAL %
			INDICADOR	%	
RENDA FIXA	10,02	9,54	CDI	8,05	11,74
RENDA VARIÁVEL	-0,68	-0,71	IBX	-3,13	
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR*	39,07	37,20	M.A.	11,74	
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	-16,39	-17,17	M.A.	11,74	
EMPRESTIMOS A PARTICIPANTES	24,33	23,17	CDI	8,05	
IMÓVEIS	1,13	1,08	M.A.	11,74	
TOTAL PLANO	8,17	7,78	M.A.	11,74	

* Investimentos no exterior rentabilidade de abril a dezembro

Fonte: Área de Investimentos

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO - PBD1					
SEGMENTO	RENT. BRUTA %	RENT. LÍQUIDA %	BENCHMARK		META ATUARIAL %
			INDICADOR	%	
RENDA FIXA	11,14	10,55	CDI	8,05	11,37
RENDA VARIÁVEL	0,77	0,73	IBX	-3,13	
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR*	39,42	37,34	M.A.	11,37	
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS					
EMPRESTIMOS A PARTICIPANTES	31,36	29,70	CDI	8,05	
IMÓVEIS	1,21	1,15	M.A.	11,37	
TOTAL PLANO	10,79	10,22	M.A.	11,37	

* Investimentos no exterior rentabilidade de abril a dezembro
Fonte: Área de Investimentos

PLANO DE BENEFÍCIOS II - PLANO MISTO					
SEGMENTO	RENT. BRUTA %	RENT. LÍQUIDA %	BENCHMARK		META ATUARIAL %
			INDICADOR	%	
RENDA FIXA	10,06	9,33	CDI	8,05	11,63
RENDA VARIÁVEL	- 1,37	- 1,47	IBX	-3,13	
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR*	39,08	36,23	M.A.	11,63	
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	- 16,39	- 17,59	M.A.	11,63	
EMPRESTIMOS A PARTICIPANTES	25,49	23,63	CDI	8,05	
IMÓVEIS	0,95	0,88	M.A.	11,63	
TOTAL PLANO	7,94	7,36	M.A.	11,63	

* Investimentos no exterior rentabilidade de abril a dezembro
Fonte: Área de Investimentos

PLANO GERAL SALDADO - PGS					
SEGMENTO	RENT. BRUTA %	RENT. LÍQUIDA %	BENCHMARK		META ATUARIAL %
			INDICADOR	%	
RENDA FIXA	10,01	9,77	CDI	8,05	11,87
RENDA VARIÁVEL	- 1,27	- 1,30	IBX	-3,13	
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR*	39,04	38,10	M.A.	11,87	
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	- 16,39	- 16,79	M.A.	11,87	
EMPRESTIMOS A PARTICIPANTES	21,92	21,39	CDI	8,05	
IMÓVEIS	1,21	1,18	M.A.	11,87	
TOTAL PLANO	8,27	8,07	M.A.	11,87	

* Investimentos no exterior rentabilidade de abril a dezembro
Fonte: Área de Investimentos

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA					
SEGMENTO	RENT. BRUTA %	RENT. LÍQUIDA %	BENCHMARK		META ATUARIAL %
			INDICADOR	%	
RENDA FIXA	7,51	7,08	CDI	8,05	11,34
TOTAL PLANO	7,51	7,08	M.A.	11,34	

Fonte: Área de Investimentos

3.5 ESTRUTURA DE GASTOS PARA A ÁREA DE INVESTIMENTOS NO ANO

A estrutura geral de gastos da fundação é dividida entre a gestão previdencial e a gestão de investimentos. Quem define esta divisão é a norma contábil, Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009.

A previsão de gastos é apresentada anualmente ao Conselho Deliberativo pela Diretoria Executiva por meio do documento chamado Orçamento. O orçamento é uma expectativa de gastos baseada no ano anterior para o próximo exercício. Após aprovado, este orçamento é colocado em prática. Situações de desalinho devem ser justificadas e apresentadas ao Conselho.

O quadro abaixo demonstra a estrutura geral de gastos no ano de 2013.

DESCRIÇÃO	GESTÃO PREVID.	GESTÃO INVEST.	2013	2012	VAR.
PESSOAL E ENCARGOS	654.969,90	637.648,74	1.292.618,64	1.206.997,17	7,09
TREINAMENTOS, CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	10.826,39	10.540,07	21.366,46	34.188,51	-37,50
VIAGENS E ESTADIAS	32.336,35	31.481,20	63.817,55	78.500,48	-18,70
SERVIÇOS DE TERCEIROS	403.250,09	384.751,56	788.001,65	713.834,34	10,39
DESPESAS GERAIS	91.979,76	89.547,30	181.527,06	172.925,94	4,97
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	7.076,24	6.889,14	13.965,38	18.397,55	-24,09
TOTAL	**1.200.438,73**	**1.160.858,01**	**2.361.296,74**	**2.224.843,99**	**6,13**
*** DESPESAS ESPECÍFICAS**	**111.692,98**	**108.739,40**	**220.432,38**	**23.418,33**	**841,28**

* Aumento significativo das Despesas Específicas em 2013 ref.à Dívida atuarial PGA Patrocinadora FAPERS para com PM e PGS

SERVIÇOS DE DE CUSTÓDIA	2013	2012	VAR.
Plano de Benefício Definido - PBD-I	16.781,37	25.482,63	-34,15
Plano Misto - PM	63.404,14	53.649,65	18,18
Plano Geral Saldado - PGS	64.130,93	59.088,92	8,53
Plano de Gestão Administrativa - PGA	14.160,51	21.619,87	-34,50
Total Serviços de Custódia	**158.476,95**	**159.841,07**	**-0,85**

Fonte: Área de Contabilidade

3.6 ANÁLISE DO EXERCÍCIO PELA ÁREA DE INVESTIMENTOS

A estratégia adotada no ano foi zerar a posição em investimentos com referência no índice IMA-B e diminuir a exposição ao mercado de ações, escolhendo fundos descorrelacionados com os índices tradicionais do mercado (IBX, IBOVESPA), e na Renda Fixa aplicar em Títulos Públicos Federais, sempre que a taxa fosse condizente com a Meta Atuarial. Essa tática defensiva foi bem sucedida para que a rentabilidade consolidada da carteira ficasse no campo positivo ao final do ano. Vale ressaltar também o excelente resultado obtido no segmento de investimentos no exterior no período de abril a dezembro.

No ano de 2013 o setor de Previdência Complementar foi impactado de forma negativa, conforme matéria divulgada no jornal Valor Econômico nos dias 17, 18 e 19 de janeiro de 2014. Na seção Finanças, a Abrapp, associação que representa o segmento de previdência privada fechado, estima que a rentabilidade do setor tenha sido -6,3% no ano passado. Já o jornal do Comércio de quarta-feira, 22 de janeiro de 2014, aponta um resultado de -3,82% no segmento de entidades abertas de previdência.

Quanto à qualidade da carteira investimentos:

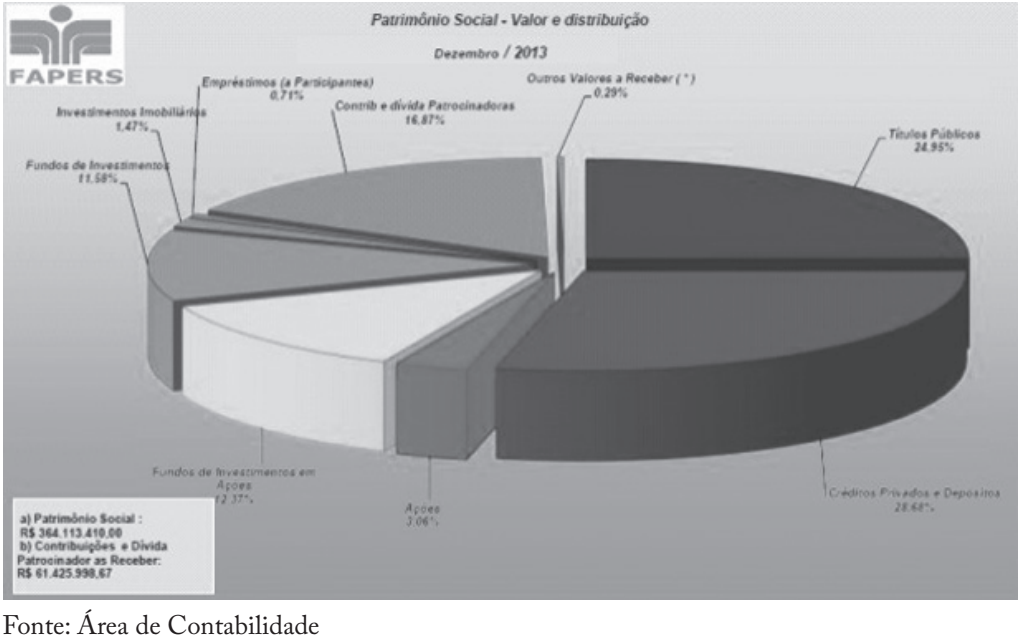
1) Desempenho de cada segmento ao seu respectivo *benchmark.*

Na carteira de investimentos da FAPERS, somente os segmentos de imóveis e investimentos estruturados não alcançaram o seu *benchmark.* No caso dos imóveis devido a gastos com reformas no *Shopping*

Lindóia e em Investimentos Estruturados, pela própria característica do Fundo pois ainda está na fase de investimento.

2) Diversificação e o equilíbrio.

O gráfico abaixo apresenta a distribuição dos ativos da Carteira de Investimentos da FAPERS, de forma consolidada, onde podemos observar a diversificação entre os diversos segmentos de aplicação.



Fonte: Área de Contabilidade

3.7 QUANTO A META ATUARIAL

Para efeitos de entendimento, a Meta Atuarial é a taxa acumulada do INPC/IBGE, que foi de 5,56%, mais o taxa de juros, estabelecida como premissa no Regulamento dos Planos de Benefícios. Estes valores, no ano de 2013 convergiram à meta de 11,74% no total consolidado. Uma vez que as aplicações da fundação atingiram uma rentabilidade de 8,17%, foi gerado um *déficit* de 3,19%.

Este *déficit* gerado por não atingir a meta atuarial impacta diretamente no *déficit* dos planos, que segundo a legislação vigente, deve ser equalizado a cada 3 anos.

Meta atuarial a ser alcançada em 2013	**11,74%**
Rentabilidade alcançada em 2013	**8,17%**
Resultado	**Déficit de 3,19%**

Fonte: Área de Investimentos

Alteração da Meta Atuarial
No ano de 2013, a FAPERS alterou a Meta Atuarial de seus Planos, passando de INPC + 6% para INPC mais taxa de juros conforme quadro abaixo:

Plano	Nova Taxa de Juros	Válido a partir de:
Plano Benefício Definido 1	5,00%	01/07/2013
Plano Misto	5,50%	01/07/2013
Plano Geral Saldado	5,75%	01/12/2013
Plano de Gestão Administrativa	4,00%	01/10/2013

3.8 MELHORIA DA GESTÃO DE RISCO DOS INVESTIMENTOS

3.8.1 RISCO DE MERCADO

O gerenciamento de risco de mercado obedecerá aos seguintes procedimentos nos investimentos:

1) A entidade terá por critério alocar recursos em fundos de investimentos condominiais que possuam sistemas de controle de risco de mercado e obedeçam a um orçamento de risco pré-determinado.
2) As carteiras próprias que estão marcadas a preços de mercado também estão sujeitas aos mesmos critérios de gestão de risco.
3) As carteiras de títulos marcadas pela curva, que tenham por objetivo ser levadas a vencimento, não estarão sujeiras a medição de risco de mercado, pois não tem por objetivo a liquidez antes do vencimento.
4) A mensuração formal do risco deve ser realizada através de instrumentos reconhecidos como eficazes, dentre eles destaca-se o *tracking error* e o *Value at Risk* (*VaR*) e, alternativamente a pelo índice DNP – Divergência Não Planejada, comparando com o seu respectivo *benchmark* e/ou mínimo atuarial.
5) A política de investimento contempla um orçamento de risco de mercado máximo para grupo de ativos;
6) Os fundos de investimentos e/ou carteiras selecionados precisam estar enquadrados nos limites de orçamento de risco estabelecidos na política;
7) Periodicamente os órgãos de controle e gestão da Entidade avaliam a aderência dos fundos/e ou carteiras ao orçamento de risco, visando manter as alocações dentro dos orçamentos de risco.
8) No caso de rompimentos dos níveis de riscos, excepcionalmente, a Entidade poderá manter os investimentos, em até três meses da data do conhecimento, desde que devidamente justificado em decisões de Diretoria Executiva e em atas da Comissão Mista de Investimentos.

Orçamento de Risco

Classe de Ativos	*Benchmark*	Indicador de Risco	Orçamento de Risco
Renda Fixa	CDI	VaR (*)	3% PL
Renda Fixa IMA	CDI	VaR(*)	5% PL
Fundos Multimercado	Não Possui	VaR(*)	5% PL
Investimentos no Exterior	Não Possui	*Tracking Error*	30% a.a.
Renda Variável	Ibovespa ou IBX	*Tracking Error*	15% a.a.
Fundos Imobiliários	IFIIX	*Tracking Error*	30% a.a.

Para o cálculo do *Value At Risk* será utilizado o VaR diário dos últimos 30 dias, com 95% de confiança.

3.8.2 RISCO DE CRÉDITO

Além da política de crédito estabelecida neste documento a entidade avaliará, periodicamente, a exposição em risco de crédito por meio da análise consolidada da carteira de investimentos com exposição em crédito visando observar os seguintes parâmetros:

1) Diversificação das exposições, visando impedir que ocorra uma concentração excessiva do patrimônio da entidade em papéis de um único emissor;
2) Evolução histórica do *rating* do emissor, visando captar eventuais deteriorações na qualidade do crédito;
3) Concentração das alocações da carteira em emissores de baixo e médio risco de crédito;
4) Privilegiar o alongamento de prazos em papéis de emissores de baixo risco de crédito;
5) Os órgãos de controle e gestão da entidade avaliarão periodicamente estes parâmetros, tomando providências visando corrigir possíveis distorções.

3.8.3 RISCO SISTÊMICO

A política de investimentos da entidade prevê limites máximos de alocação por gestor, por emissor e por segmento de mercado, visando minimizar os impactos de riscos sistêmicos. Tais limites de alocação são monitorados periodicamente pelos órgãos de gestão (Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo). Todo e qualquer desvio apresentado em relação aos limites estabelecidos são formalmente apontados, no sentido de gerar providências capazes de garantir a aderência à política.

3.8.4 LEGAL E OPERACIONAL

A entidade gerencia o risco legal e operacional da carteira de investimentos através de um sistema de controle interno capaz de garantir um nível de segregação de funções compatível com riscos de conflitos de interesses envolvidos. Além disso, existe um processo formal de atribuição de responsabilidades devidamente hierarquizados.

Para garantir a adequada aderência aos procedimentos à formalização dos processos serão acompanhadas permanentemente.

3.8.5 RISCO DE LIQUIDEZ

A FAPERS controla a liquidez dos Planos realizando investimentos com base na ALM.

No ano de 2013 foi realizado, pela primeira vez, na Fundação o estudo de ALM – *Asset Liability Management.* O estudo de ALM tem a finalidade de auxiliar a definição das alocações de investimentos que maximizam a probabilidade de que os objetivos de longo prazo da FAPERS sejam cumpridos junto aos participantes. A metodologia de tal estudo determina composições de investimentos que satisfaçam as condições de solvência almejadas pela Fundação, à luz dos compromissos atuariais, dos cenários econômicos projetados, das características dos ativos atuais, das regras e dos limites impostos pela legislação e pela política de investimentos.

3.9 DESENQUADRAMENTOS E INOBSERVÂNCIAS À LEI

Não há, atualmente, registro de desenquadramento à Resolução 3.792 do Conselho Monetário Nacional – CMN de 2009 nos investimentos da FAPERS.

3.10 POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos para aplicação dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas da FAPERS para 2014 obedece às regras estabelecidas na Resolução BACEN nº 3792 de 24 de setembro de 2009, e suas alterações na Resolução nº 4275, de 31 de outubro de 2013, editada pelo Conselho Monetário Nacional CMN.

A Política foi aprovada pela Comissão Mista de Investimentos e pelo Conselho Deliberativo no que se refere a alocação dos recursos que orienta a distribuição preferencial dos investimentos da Fundação, entre as macro-classes de ativos (renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, etc...) no médio e no longo prazos, cujos limites mínimos e máximos para o ano de 2014 tomam como base a Resolução 3792 e são as que seguem:

Plano de Benefício Definido I – PBDI

Para o ano de 2014 a FAPERS definiu para os investimentos do Plano de Benefício Definido os seguintes limites:

Segmento	Limites Min.	Limites Max.	Alvo	Limite[1]
Renda Fixa	**0,00%**	**100,00%**	74,00%	**100,00%**
Baixo Risco de Crédito – Título Div. Públ. Federal	0,00%	100,00%		100,00%
Baixo Risco de Crédito – Títulos Privados	0,00%	80,00%		80,00%
Médio e Alto risco de Crédito Tít. Privados	0,00%	10,00%		20,00%
CCB, CCCB, NCE, CCE, FIDC, FI, CFIDC, CRI, CCI, CPR, CDCA, CRA, WA	0,00%	20,00% Individualmente		20,00% Individualmente
Derivativos	0,00%	Conforme descrito no item 3.3 desta Política		Conforme permitido na Legislação

Renda Variável		**15,00%**		**70,00%**
Novo Mercado		15,00%		70,00%
Ações Nível 2 Bovespa		15,00%		60,00%
Ações Bovespa Mais		15,00%		50,00%
Ações Nível 1 Bovespa		15,00%		45,00%
Ações Outros e Cotas de Fundos – Carteira de Participações	**0,00%**	15,00%	10,00%	35,00%
Títulos os e Vals. Mobs. de emissão de SPE		10,00%		20,00%
Demais em Renda Variável		3,00%		3,00%
Derivativos		Conforme descrito no item 3.3 desta Política		Conforme permitido na Legislação
Investimentos Estruturados				
Fundo Imobiliário	0,00%	8,00%	4,00%	10,00%
Fundo Multimercado	0,00%	8,00%	4,00%	10,00%
Investimentos no Exterior	**0,00%**	**4,00%**	2,00%	**10,00%**
Imóveis	**0,00%**	**4,00%**	2,00%	**8,00%**
Empréstimos e Financiamentos				
Empréstimos a participantes	0,00%	15,00%	4,00%	15,00%
Financiamentos Imobiliários para Participantes	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%

Plano de Benefício II – Plano Misto

Para o ano de 2014 a FAPERS definiu para os investimentos do Plano Misto os seguintes limites:

Segmento	Limites Mínimos	Limites Máximos	Alvo	Limite[1]
Renda Fixa	**0,00%**	**100,00%**		**100,00%**
Baixo Risco de Crédito – Título Div. Públ. Federal	0,00%	100,00%		100,00%
Baixo Risco de Crédito – Títulos Privados	0,00%	80,00%		80,00%
Médio e Alto risco de Crédito Tít. Privados	0,00%	10,00%	63,00%	20,00%
CCB, CCCB, NCE, CCE, FIDC, FI, CFIDC, CRI, CCI, CPR, CDCA, CRA, WA	0,00%	20,00% Individualmente		20,00% Individualmente
Derivativos	0,00%	Conforme descrito no item 3.3 desta Política		Conforme permitido na Legislação
Renda Variável				
Novo Mercado		25,00%		70,00%
Ações Nível 2 Bovespa		25,00%		60,00%
Ações Bovespa Mais		25,00%		50,00%
Ações Nível 1 Bovespa		25,00%		45,00%
Ações Outros e Cotas de Fundos – Carteira de Participações	**0,00%**	25,00%	20,00%	35,00%
Títulos os e Vals. Mobs. de emissão de SPE		25,00%		20,00%
Demais em Renda Variável		3,00%		3,00%
Derivativos		Conforme descrito no item 3.3 desta Política		Conforme permitido na Legislação
Investimentos Estruturados				
Fundo Imobiliário	0,00%	8,00%	4,00%	10,00%
Fundo Multimercado	0,00%	8,00%	4,00%	10,00%
Investimentos no Exterior	**0,00%**	**4,00%**	2,00%	**10,00%**
Imóveis	**0,00%**	**4,00%**	2,00%	**8,00%**

Empréstimos e Financiamentos				
Empréstimos a participantes	0,00%	15,00%	5,00%	15,00%
Financiamentos Imobiliários para paticip.	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%

Plano Geral Saldado – PGS

Para o ano de 2014 a FAPERS definiu para os investimentos do Plano Geral Saldado os seguintes limites:

Segmento	Limites Mínimos	Limites Máximos	Alvo	Limite[1]
Renda Fixa	**0,00%**	**100,00%**	70,50%	**100,00%**
Baixo Risco de Crédito – Título Div. Públ. Federal	0,00%	100,00%		100,00%
Baixo Risco de Crédito – Títulos Privados	0,00%	80,00%		80,00%
Médio e Alto risco de Crédito Tít. Privados	0,00%	10,00%		20,00%
CCB, CCCB, NCE, CCE, FIDC, FI, CFIDC, CRI, CCI, CPR, CDCA, CRA, WA	0,00%	20,00% Individualmente		20,00% Individualmente
Derivativos	0,00%	Conforme descrito no item 3.3 desta Política		Conforme permitido na Legislação
Renda Variável	**0,00%**		20,00%	
Novo Mercado		20,00%		70,00%
Ações Nível 2 Bovespa		20,00%		60,00%
Ações Bovespa Mais		20,00%		50,00%
Ações Nível 1 Bovespa		20,00%		45,00%
Ações Outros e Cotas de Fundos – Carteira de Participações		20,00%		35,00%
Títulos os e Vals. Mobs. de emissão de SPE		20,00%		20,00%
Demais em Renda Variável		3,00%		3,00%
Derivativos		Conforme descrito no item 3.3 desta Política		Conforme permitido na Legislação
Investimentos Estruturados				
Fundo Imobiliário	0,00%	8,00%	4,00%	10,00%
Fundo Multimercado	0,00%	8,00%	4,00%	10,00%
Investimentos no Exterior	**0,00%**	**4,00%**	2,00%	**10,00%**
Imóveis	**0,00%**	**4,00%**	2,00%	**8,00%**
Empréstimos e Financiamentos				
Empréstimos a participantes	0,00%	10,00%	5,00%	15,00%
Financiamentos Imobiliários para partic.	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%

Plano de Gestão Administrativa – PGA

Para o ano de 2014 a FAPERS definiu para os investimentos do Plano de Gestão Administrativa (PGA) os seguintes limites:

Segmento	Limites Mínimos	Limites Máximos	Alvo	Limite[1]
Renda Fixa		**100,00%**	100,00%	**100,00%**
Baixo Risco de Crédito - Título Div. Públ. Federal	20,00%	100,00%		100,00%
Baixo Risco de Crédito – Títulos Privados	0,00%	80,00%		80,00%
Médio e Alto risco de Crédito Tít.Privados	0,00%	10,00%		20,00%
CCB, CCCB, NCE, CCE, FIDC, FICFIDC CRI, CCI, CPR, CDCA, CRA, WA	0,00%	20,00% Individualmente		20,00% Individualmente
Derivativos	0,00%	Conforme descrito no item 3.3 desta Política		Conforme permitido na Legislação

A seleção dos gestores e a escolha das linhas de investimentos obedecem a critérios quantitativos e qualitativos aprovados na Política de Investimentos.

A versão completa da Política de Investimentos para cada Plano de Benefícios está disponibilizada no site da Fundação no ícone Investimentos/ Política de Investimentos.

GESTÃO CONTÁBIL

4. GESTÃO CONTÁBIL

"Seja um campeão! A derrota só existe para os que não acreditam que é possível vencer..."

4.1 CONHECENDO UM POUCO OS TERMOS UTILIZADOS PELA ÁREA DE CONTABILIDADE

PATRIMÔNIO SOCIAL: Total do Patrimônio de Cobertura do Plano somado ao total dos Fundos. Equivale ao resultado da soma dos Bens e direitos (Ativo) deduzidos das Exigibilidades e Obrigações (Passivo Exigível Operacional e Contingencial) do Plano de Benefícios.

PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO: Montante de recursos que o Plano de Benefícios possui para cumprir com o pagamento das suas obrigações. É o somatório das Provisões Matemáticas e do Equilíbrio Técnico.

PROVISÕES MATEMÁTICAS: Montante de recursos necessário para entidade cumprir com as obrigações do Plano de Benefícios. São os valores já comprometidos com os pagamentos de benefícios de todos os participantes do plano.

EQUILÍBRIO TÉCNICO: Representa a sobra ou falta de recursos do plano. Quando o resultado entre o Patrimônio de Cobertura do Plano e as Provisões Matemáticas for positivo denomina-se SUPERÁVIT, isto é, o plano de benefícios possui recursos suficientes para cumprir com as suas obrigações; quando este resultado for negativo denomina-se DÉFICIT, ou seja, não há recursos suficientes para o plano honrar os seus compromissos.

FUNDOS: Valores do Patrimônio Social do Plano de Benefícios com destinação específica. São eles:

FUNDOS PREVIDENCIAIS:
CONTA DE OSCILAÇÃO DE RISCO - RESERVA COR: Conta creditada com valores sem direito a resgate nos casos de desligamento, com valores de extinção de benefícios concedidos e outras sobras de qualquer natureza. Esta conta suprirá eventual insuficiência da CCBR e da CCBC ou delas receberá crédito proveniente de eventual superávit.

FUNDO P/RISCO IMINENTE DE PARTICIPANTES ATIVOS ELEGÍVEIS – FUNDO RI: Conta creditada com valores dos benefícios de participantes já elegíveis ao recebimento de benefício, mas que ainda não exerceram seu direito.

FUNDOS ADMINISTRATIVOS: Constituído pelas sobras das contribuições administrativas dos Planos de Benefícios.

FUNDOS DOS INVESTIMENTOS:
FUNDO P/COBERTURA DE EMPRÉSTIMOS POR MORTE OU INVALIDEZ: Constituído pelo crédito da "taxa de seguro" cobrada na concessão de empréstimos, com a finalidade de fazer frente à cobertura do saldo devedor dos empréstimos caso ocorra morte e/ou invalidez permanente do participante.

FUNDO GARANTIDOR DE EMPRÉSTIMO – FGE: Constituído pelo crédito da "taxa de inadimplência" cobrada na concessão de empréstimos, com a finalidade de compensar eventuais inadimplências de empréstimo pessoal.

4.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis são relatórios que englobam informações que devem ser obrigatoriamente divulgadas pelas fundações, de acordo com as exigências da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e Resolução CNPC nº 12 de 19 de agosto de 2013, e são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade no período findo nessa data.

O objetivo destas demonstrações é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, além de mostrarem os resultados do gerenciamento, pela Administração, dos recursos que lhe são confiados. Estas informações, em conjunto com as constantes nas notas explicativas às demonstrações contábeis, auxiliam os participantes a estimar os resultados futuros e os fluxos financeiros futuros da entidade.

Para uma melhor percepção das tabelas demonstradas neste Relatório é importante considerar que o Ativo corresponde aos bens e direitos da Fundação, ou seja, a aplicação dos recursos. O Passivo corresponde às obrigações da Fundação, sendo ao mesmo tempo onde se originam os recursos, mas também os compromissos a serem pagos. Já o Patrimônio Social é o resultado da soma dos bens, direitos e obrigações da Fundação. Desta forma, o equilíbrio entre o ativo e passivo é fundamental para a saúde financeira da Fundação.

Então, o resultado entre o ativo e o passivo podem gerar situações de *déficit* ou de *superávit*. Entende-se por *déficit* quando não há recursos suficientes para cumprir com os compromissos dos Planos. *Superávit* quando os recursos superam os compromissos dos Planos.

As Demonstrações Contábeis apresentadas neste documento seguirão a seguinte ordem: 1) Balanço Patrimonial; 2) Demonstração da mutação do patrimônio social consolidado; 3) Demonstração da mutação do ativo líquido por plano de benefícios; 4) Demonstrativo do ativo líquido por plano de benefício; 5) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidado; 6) Demonstração das Provisões Técnicas do Plano.

Neste relatório as demonstrações contábeis serão apresentadas de forma individual, isto é, por plano (PBD I, Plano Misto, PGS e PGA) e consolidadas, que é a soma de todos os planos. Os valores são expressos em milhares de reais (R$ mil), por exemplo, R$ 500 mil leiam-se: R$ 500.000,00 (Quinhentos mil Reais).

Os demonstrativos sempre comparam o exercício atual com o exercício anterior e levam em consideração os registros dos exercícios financeiros (neste relatório o exercício atual refere-se a 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013).

A coluna "Variação %", dos demonstrativos, representa o acréscimo ou decréscimo ocorrido no ano atual em relação ao ano anterior.

Você pode acompanhar as Demonstrações Contábeis anuais e os balancetes mensais pelo site da Fundação, www.fapers.org.br, no acesso restrito.

4.3 BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

O balanço patrimonial atesta, de forma consolidada, a situação patrimonial da entidade (ativo/passivo) por ocasião do encerramento do exercício como demonstra a tabela abaixo:

Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO	**31/12/2013**	**31/12/2012**	**PASSIVO**	**31/12/2013**	**31/12/2012**
Disponível	60	167	Exigível Operacional	926	827
Realizável	365.098	285.426	Gestão Previdencial	371	420
Gestão Previdencial	63.042	1.507	Gestão Administrativa	366	180
Gestão Administrativa	429	455	Investimentos	189	227
			Exigível Contingencial	157	0
			Gestão Previdencial	157	0
Investimentos	301.627	283.464	**Patrimônio Social**	364.113	284.815
Títulos Públicos	90.843	10.662	**Patrimônio de cobertura do Plano**	356.937	280.099
Créditos Privados e Depósitos	104.440	114.471	**Provisões Matemáticas**	368.702	373.047
Ações	11.158	27.927	Benefícios concedidos	229.657	187.551
Fundos de Investimentos	87.225	120.655	Benefícios a conceder	176.312	185.496
			(-) Provisões Matem. a constituir	- 37.267	0
Investimentos Imobiliários	5.365	5.716	**Equilíbrio Técnico**	- 11.765	- 92.948
Empréstimos	2.596	4.033	Resultados realizados	- 11.765	- 92.948
Permanente	38	49	(-) Déficit técnico acumulado	- 11.765	- 92.948
Imobilizado	35	44	Fundos	7.176	4.716
Intangível	2	3	Fundos Previdenciais	2.474	524
Diferido	1	2	Fundos administrativos	4.401	3.916
			Fundos dos Investimentos	301	276
Total do Ativo	**365.196**	**285.642**	**Total do Passivo**	**365.196**	**285.642**

Analisando o Balanço Patrimonial pode-se observar que houve um acréscimo de 27,85% no total do ativo de 2013 em relação a 2012. Este acréscimo se deve, principalmente, ao incremento de novos recursos investidos (contribuições de Participantes e Patrocinadores).

A redução do d*éficit* acumulado foi em decorrência da negociação da dívida de contribuições contratadas da Ascar junto a FAPERS e do *déficit* técnico dos planos PGS e PM (vide Nota Explicativa n.º 8).

4.4 DEMONSTRAÇÕES PATRIMONIAIS E DE RESULTADO DOS PLANOS

As demonstrações patrimoniais e de resultados visam apresentar as mutações do patrimônio social e do ativo líquido da Fundação.

4.4.1 DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL (DMPS)

A demonstração da mutação do patrimônio social de forma consolidada atesta as modificações do patrimônio social dos planos de benefícios por ocasião do encerramento do exercício, confrontando o patrimônio social atual com o anterior.

Entendendo a DMPS	
A) Patrimônio Social – início do exercício	São os recursos que a Fundação possuía para cumprir com as suas obrigações no final de 2012.
1. Adições	São os recursos que a Fundação recebeu durante o ano e que aumentaram o seu patrimônio.
2. Destinações	São as saídas de recursos que ocorreram durante o ano.
3. Acréscimos/Decréscimos	Mostra o resultado entre as adições e as destinações ocorridas no patrimônio social da entidade.
B) Patrimônio Social – final do exercício	Apresenta os recursos que a entidade possui para cumprir com as obrigações no final de 2013.

Fonte: ABRAPP e ANCEP: Entendendo as demonstrações contábeis do seu Plano de aposentadoria.

No demonstrativo abaixo se pode analisar as adições (item 1), deduções (item 2) e acréscimos e decréscimos (item 3) ocorridos no patrimônio durante o ano.

Valores em R$ mil

Descrição		Exercício Atual 31/12/2013	Exercício Anterior 31/12/2012	Variação %
A) **Patrimônio Social – início do exercício**		**284.815**	**253.952**	**12,15**
1. Adições		**103.171**	**60.763**	**69,79**
(+)	Contribuições Previdenciais	78.871	22.850	245,16
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos – Gestão Previdencial	21.209	35.069	-39,52
(+)	Receitas Administrativas	2.793	2.480	12,70
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos – Gestão Administrativa	273	364	-25
(+)	Constituição de Fundos de Investimento	25	0	0
2. Destinações		**-23.873**	**- 29.900**	**-20,16**
(-)	Benefícios	-21.135	- 27.404	-22,88
(-)	Despesas Administrativas	-2.581	-2.225	16
(-)	Constituição de Contingência – Gestão Previdencial	-157	0	0
(-)	Reversão de Fundos de Investimentos	0	- 271	0
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)		**79.298**	**30.863**	**156,94**
(+/-)	Provisões Matemáticas	-4.345	40.238	-110,80
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	81.183	- 9.820	-926,71
(+/-)	Fundos Previdenciais	1.950	98	1.890
(+/-)	Fundos Administrativos	485	619	-21,63
(+/-)	Fundos dos Investimentos	25	- 272	-109,19
B) **Patrimônio Social – final do exercício (A+3)**		**364.113**	**284.815**	**27,84**

Destaca-se no demonstrativo o incremento do Patrimônio Social de 27,84%, influenciado principalmente pelo aumento de Contribuições Previdenciais.

4.4.2 DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS (DMAL)

Este demonstrativo tem por finalidade evidenciar, de forma individual, as modificações do Ativo líquido (Patrimônio de Cobertura) dos planos de benefícios por ocasião do encerramento do exercício.

Entendendo a DMAL	
A) Ativo Líquido – Início do Exercício	Representa o valor disponível para pagamento dos benefícios prometidos no início de cada ano.
1. Adições	São valores recebidos para pagamento dos benefícios.
2. Destinações	Corresponde aos benefícios pagos conforme regulamento do Plano.
3. Acréscimos/Decréscimos	Representa o aumento ou diminuição do montante dos recursos do Plano.
B) Ativo Líquido – Final de Exercício	É o valor disponível para pagamento dos benefícios no final de cada ano.
C) Fundos não Previdenciais	São os valores para pagamento das despesas administrativas quando as receitas não forem suficientes para cobrir as despesas realizadas no período e quitação de empréstimos e financiamento por morte.

Fonte: ABRAPP e ANCEP: Entendendo as demonstrações contábeis do seu Plano de aposentadoria.

Na leitura do DMAL encontramos o Patrimônio Social somando o Ativo Líquido (B) com os Fundos não Previdenciais (C).

Plano de Benefício Definido I/CNPB: 19810000747 – Valores em R$ mil

	Descrição	Exercício Atual 31/12/2013	Exercício Anterior 31/12/2012	Variação %
	A) **Ativo Líquido – Início do Exercício**	**8.280**	**7.650**	**8,24**
	1. **Adições**	**2.295**	**1.792**	**28,13**
(+)	Contribuições	1.494	685	118,24
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos – Gestão Previdencial	801	1.107	-27,64
	2. **Destinações**	**-593**	**- 1.162**	**-48,97**
(-)	Benefícios	-582	- 1.151	-49,44
(-)	Custeio Administrativo	-11	- 11	0
	3. **Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)**	**1.702**	**630**	**170,32**
(+/-)	Provisões Matemáticas	881	601	46,59
(+/-)	Superávit(Déficit) Técnico do Exercício	821	29	2.734,48
	B) **Ativo Líquido – Final de Exercício (A+3)**	**9.982**	**8.280**	**20,57**
	C) **Fundos não Previdenciais**	**616**	**568**	**8,45**
(+/-)	Fundos Administrativos	614	567	8,29
(+/-)	Fundos Investimentos	2	1	100

No demonstrativo do Plano de Benefícios I, podemos verificar um aumento no Ativo Líquido de 20,57%.

Plano Misto – Plano de Benefício II/CNPB: 2000008038 – Valores em R$ mil

	Descrição	Exercício Atual 31/12/2013	Exercício Anterior 31/12/2012	Variação %
	A) **Ativo Líquido – Início do Exercício**	**132.323**	**108.396**	**22,07**
	1. **Adições**	**26.609**	**30.355**	**-12,34**
(+)	Contribuições	16.692	13.528	23,37
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos – Gestão Previdencial	9.917	16.827	-41,06
	2. **Destinações**	-8.985	- 6.428	39,77
(-)	Benefícios	-7.819	- 5.493	42,34
(-)	Constituição de Contingências – Gestão Previdencial	-157	0	0
(-)	Custeio Administrativo	-1.009	- 935	7,90
	3. **Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)**	**17.624**	**23.927**	**-26,35**

(+/-)	Provisões Matemáticas	14.651	26.039	-43,73
(+/-)	Fundos Previdenciais	137	98	36,73
(+/-)	Superávit(Déficit) Técnico do Exercício	2.836	- 2.210	-228,40
	B) **Ativo Líquido – Final de Exercício (A+3)**	149.947	132.323	13,32
	C) **Fundos não Previdenciais**	**3.261**	**2.848**	**14,48**
(+/-)	Fundos Administrativos	2.977	2.585	15,14
(+/-)	Fundos Investimentos	284	263	7,98

No Plano Misto no demonstrativo acima visualizamos um aumento no Ativo Líquido de 13,32%.

Plano Geral Saldado/CNPB: 2008004783 – Valores em R$ mil

Descrição		Exercício Atual 31/12/2013	Exercício Anterior 31/12/2012	Variação %
	A) **Ativo Líquido – Início do Exercício**	**140.020**	**134.061**	**4,44**
	1. **Adições**	**72.700**	**27.185**	**167,41**
(+)	Contribuições	62.209	10.050	518,98
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos – Gestão Previdencial	10.491	17.135	-38,79
	2. **Destinações**	-13.238	- 21.226	-37,64
(-)	Benefícios	-12.734	- 20.760	-38,67
(-)	Custeio Administrativo	-504	- 466	8,15
	3. **Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)**	**59.462**	**5.959**	**897,82**
(+/-)	Provisões Matemáticas	-19.877	13.598	-246,18
(+/-)	Fundos Previdenciais	1.813	0	0
(+/-)	Superávit(Déficit) Técnico do Exercício	77.526	- 7.639	-1.114,84
	B) **Ativo Líquido – Final de Exercício (A+3)**	**199.482**	**140.020**	**42,47**
	C) **Fundos não Previdenciais**	**825**	**776**	**6,31**
(+/-)	Fundos Administrativos	810	764	6,02
(+/-)	Fundos Investimentos	15	12	25

No Plano Geral Saldado o demonstrativo DMAL apresenta um aumento no Ativo Líquido de 42,47%.

4.4.3 COMPARATIVO ENTRE A DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL CONSOLIDADO (DMPS) E DA DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS (DMAL)

O Patrimônio Social Consolidado apresentado no DMPS é a soma do Ativo Líquido no final do exercício com os Fundos não Previdenciais no DMAL de cada plano, conforme o quadro abaixo:

DMPS X DMAL	PBD I	P. MISTO	PGS	CONSOLIDADO
Ativo Líquido Final do Exercício	9.982	149.947	199.482	359.411
Fundos não Previdenciais	616	3.261	825	4.702
Patrimônio Social	10.598	153.208	200.307	364.113

4.4.4 DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO (DAL)

A demonstração do ativo líquido por plano de benefício equivale ao Balanço Patrimonial, só que por plano. O objetivo deste é evidenciar, de forma individual, a situação do ativo líquido (Patrimônio de Cobertura) de cada plano de benefícios por ocasião do encerramento do exercício.

Entendendo a DAL	
1. Ativos	É o valor (patrimônio) que o plano de aposentadoria dispõe para pagar os compromissos assumidos.
2. Obrigações	São os pagamentos imediatos e futuros do plano de aposentadoria.
3. Fundos não Previdenciais	São os valores para pagamento das despesas administrativas quando as receitas não forem suficientes para cobrir as despesas realizadas no período e quitação de empréstimos e financiamento por morte.
4. Resultados a realizar*	Corresponde a valores pagos em títulos pelo Patrocinador do plano que se transformará em dinheiro no futuro.
5. Ativo líquido	Mostra o montante de recursos que o plano possui para cumprir com o pagamento dos benefícios.
* Com relação ao item 4, este não irá aparecer no DAL da FAPERS porque não existe movimento.	

Fonte: ABRAPP e ANCEP: Entendendo as demonstrações contábeis do seu Plano de aposentadoria.

Plano de Benefício Definido I/CNPB: 1981000747 – Valores em R$ mil

Descrição	Exercício Atual 31/12/2013	Exercício Anterior 31/12/2012	Variação %
1. **Ativos**	**10.609**	**8.855**	**19,80**
Disponível	8	11	-27,27
Recebível	1.929	575	235,48
Investimento	8.672	8.269	4,85
Títulos Públicos	1.339	1.589	-15,73
Créditos Privados e Depósitos	3.505	3.678	-4,71
Ações	280	1.060	-73,58
Fundos de Investimento	3.379	1.730	95,27
Investimentos Imobiliários	158	169	-6,51
Empréstimos	11	43	-74,42
2. **Obrigações**	**11**	**7**	**42,86**
Operacional	11	7	42,86
3. **Fundos não Previdenciais**	**616**	**568**	**8,45**
Fundos Administrativos	614	567	8,29
Fundos dos Investimentos	2	1	100
5. Ativo Líquido (1-2-3)	**9.982**	**8.280**	**20,57**
Provisões Matemáticas	8.187	7.306	12,06
Superávit/Déficit Técnico	1.795	974	84,29

No demonstrativo acima pode-se observar um aumento de 19,80% nos Ativos do PBD I e de 42,86% nas Obrigações, que fazem parte do Passivo do plano. Também é possível notar um acréscimo de 8,45% nos Fundos não previdenciais, de 12,06% nas Provisões matemáticas e de 84,29% no *Superávit* Técnico do plano, ocasionando o aumento de 20,57% no Ativo líquido, conforme já visto no DMAL.

Plano Misto- Plano de Benefício II/CNPB: 2000008038 – Valores em R$ mil

Descrição	Exercício Atual 31/12/2013	Exercício Anterior 31/12/2012	Variação %
1. **Ativos**	**153.717**	**135.487**	**13,46**
Disponível	**26**	**142**	**-81,69**
Recebível	**8.399**	**4.012**	**109,35**
Investimento	**145.292**	**131.333**	**10,63**
Títulos Públicos	45.786	2.455	1.765,00
Créditos Privados e Depósitos	50.373	50.466	-0,18
Ações	4.523	8.817	-48,70

Fundos de Investimento	41.193	65.056	-36,68
Investimentos Imobiliários	1.701	1.812	-6,14
Empréstimos	1.716	2.727	-37,05
2. **Obrigações**	**509**	**316**	**61,08**
Operacional	352	316	11,39
Contingencial	157	0	0
3. Fundos não Previdenciais	**3.261**	**2.848**	**14,48**
Fundos Administrativos	2.977	2.585	15,14
Fundos dos Investimentos	284	263	7,96
5. Ativo Líquido (1-2-3)	**149.947**	**132.323**	**13,32**
Provisões Matemáticas	152.243	137.593	10,65
Superávit/Déficit Técnico	-2.957	- 5.794	-48,97
Fundos Previdenciais	661	524	26,17

No DAL do Plano Misto visualiza-se um aumento de 13,46% nos Ativos e de 61,08% nas Obrigações. Também um acréscimo de 14,48% nos Fundos não previdenciais, de 10,65% nas Provisões matemáticas e diminuição de 48,97% no *Déficit* Técnico do plano, ocasionando o aumento de 13,32% no Ativo líquido, de acordo com o DMAL do Plano de Benefícios II.

Plano Geral Saldado/CNPB: 2008004783 – Valores em R$ mil

Descrição	Exercício Atual 31/12/2013	Exercício Anterior 31/12/2012	Variação %
1. **Ativos**	**200.504**	**141.001**	**42,20**
Disponível	**5**	**6**	**-33,33**
Recebível	**57.115**	**837**	**6.723,66**
Investimento	**143.384**	**140.158**	**2,30**
Títulos Públicos	43.059	6.618	550,63
Créditos Privados e Depósitos	50.562	60.327	-16,19
Ações	6.355	18.050	-64,79
Fundos de Investimento	39.033	50.165	-22,19
Investimentos Imobiliários	3.506	3.735	-6,14
Empréstimos	869	1.263	-31,22
2. **Obrigações**	**197**	**205**	**-4,39**
Operacional	197	205	-4,39
3. Fundos não Previdenciais	**825**	**776**	**6,19**
Fundos Administrativos	810	764	5,89
Fundos dos Investimentos	15	12	25,00
5. Ativo Líquido (1-2-3)	**199.482**	**140.020**	**42,47**
Provisões Matemáticas	208.272	228.148	-8,71
Superávit/Déficit Técnico	-10.603	- 88.128	-87,97
Fundos Previdenciais	1.813	0	0

No demonstrativo do PGS, visualizamos um aumento de 42,20% nos Ativos e uma diminuição de 4,39% nas Obrigações. Também um acréscimo de 6,19% nos Fundos não previdenciais, diminuição de 8,71% nas Provisões matemáticas e de 87,97% no *Déficit* Técnico do plano, ocasionando o aumento de 42,47% no Ativo líquido, de acordo com o DMAL do PGS.

4.5 DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (DPGA)

O DPGA mostra as receitas e as despesas administrativas da Fundação e o Fundo Administrativo.

Entendendo a DPGA	
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	É o valor do Fundo Administrativo no início de cada exercício.
1. Custeio da Gestão Administrativa	São os valores recebidos para pagamento das despesas administrativas.
2. Despesas Administrativas	São valores gastos pela Fundação para a administração dos planos de benefícios.
3. Resultados Negativos dos Investimentos	Representa o resultado negativo obtido com as aplicações dos recursos do fundo administrativo.
4. Sobra/Insuficiência	É a diferença entre receitas e despesas
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo	Depende muito do item anterior, se tiver sobra aumenta o Fundo administrativo, se tiver insuficiência diminui o Fundo.
6. Fundo Administrativo do exercício atual	É o valor do fundo administrativo no final do exercício.

Fonte: ABRAPP e ANCEP: Entendendo as demonstrações contábeis do seu Plano de aposentadoria.

A tabela abaixo demonstra o resultado da gestão administrativa da Fundação na administração dos planos de benefício, por ocasião do encerramento do exercício, de forma consolidada.

Descrição	Exercício Atual 31/12/2013	Exercício Anterior 31/12/2012	Variação %
A) **Fundo Administrativo do Exercício Anterior**	**3.916**	**3.297**	**18,77**
1. **Custeio da Gestão Administrativa**	**3.068**	**2.842**	**7,95**
1.1 Receitas	**3.066**	**2.842**	**7,88**
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.524	1.414	7,78
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.269	1.064	19,27
Resultado Positivo dos Investimentos	273	364	-25,00
2. **Despesas Administrativas**	**-2.581**	**- 2.223**	**16,10**
2.1 Administração Previdencial	**-1.312**	**- 1.159**	**13,20**
Pessoal e encargos	-755	- 613	23,16
Treinamentos/congressos e seminários	-11	- 17	-35,29
Viagens e estadias	-32	- 40	-20,00
Serviços de terceiros	-403	- 382	5,50
Despesas gerais	-103	- 98	5,10
Depreciação e amortizações	-8	- 9	-11,11
2.2 Administração dos Investimentos	**-1.269**	**- 1.064**	**19,27**
Pessoal e encargos	-736	- 593	24,11
Treinamentos/congressos e seminários	-10	-17	-41,18
Viagens e estadias	-31	- 39	-20,51
Serviços de terceiros	-385	- 309	24,60
Despesas gerais	-100	- 97	3,09
Depreciação e amortizações	-7	- 9	-22,22
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	**485**	**619**	**-21,65**
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	**485**	**619**	**-21,65**
B) **Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)**	**4.401**	**3.916**	**12,39**

Fonte: Área de Contabilidade

Neste demonstrativo verificamos um aumento de 7,78% nas receitas de custeio Administrativo da Gestão

Previdencial e de 19,27% nas receitas de custeio Administrativo da gestão Investimentos, e uma redução no resultado positivo dos investimentos de 25,00%. Houve um acréscimo nas despesas administrativas de 16,10%, resultando em uma sobra de R$ 485 mil para compor o Fundo Administrativo, que poderá ser utilizado como fonte de custeio administrativo (receita), de acordo com a Resolução CGPC n.º29/2009.

4.6 DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS (DPT)

De acordo com a Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013, a partir de 01 de janeiro de 2014 as Demonstrações das Obrigações Atuariais dos Planos de Benefícios (DOAP) foram substituídas pelas Demonstrações das Provisões Técnicas dos Planos de Benefício (DPT).

Entendendo a DPT	
Provisões técnicas	É a soma dos itens 1, 2, 3, 4 e 5.
1. Provisões matemáticas	São os valores comprometidos com os pagamentos de benefícios de todos os participantes do Plano.
2. Equilíbrio Técnico	Representa a sobra ou falta de recursos no Plano.
2.1 Resultados realizados	É a sobra ou a falta de recursos ao longo dos anos.
3. Fundos	São os fundos administrativos, de investimentos e previdenciais, descritos no item 4.1 (nomenclatura).
4. Exigível operacional	Valor provisionado relativo a processo judicial.
5. Exigível contingencial	Somatório dos compromissos de curto prazo já assumidos pela entidade, tais como benefícios a pagar, despesas administrativas a pagar, impostos e taxas a serem pagos, entre outros.

Fonte: ABRAPP e ANCEP: Entendendo as demonstrações contábeis do seu Plano de aposentadoria.

As Demonstrações das Provisões Técnicas dos Planos de Benefício (DPT) evidenciam, de forma individual, a totalidade dos compromissos dos planos de benefícios previdenciais administrados pela FAPERS, em suma, mostra os valores das obrigações presentes, presentes e futuras, do plano com seus participantes.

As provisões Técnicas correspondem ao somatório das Reservas Matemáticas, do Equilíbrio Técnico, dos Fundos, do Exigível Operacional e do Exigível Contingencial. O somatório das Provisões Matemáticas e do Equilíbrio Técnico correspondem ao Patrimônio de cobertura do plano, que adicionados aos Fundos correspondem ao Patrimônio Social da entidade.

Também visualizamos estas rubricas de forma individual no DAL item 4.4 (linha nº 5 – Ativo Líquido) e no DMAL item 4.3.2 (linha letra B – Ativo liquido) de cada plano, e de forma consolidada no Balanço Patrimonial da fundação.

Plano de Benefício Definido I/CNPJ: 19810000747 – Valores em R$ mil

Descrição	Exercício Atual 31/12/2013	Exercício Anterior 31/12/2012	Variação %
Provisões Técnicas (1+2+3+4)	**9.994**	**8.288**	**20,58**
1. **Provisões Matemáticas**	**8.187**	**7.306**	**12,06**
1.1 Benefícios Concedidos	**7.324**	**6.457**	**13,43**
Benefício Definido	7.324	6.457	13,43
1.2 Benefício a Conceder	**863**	**849**	**1,65**
Benefício Definido	863	849	1,65
2. **Equilíbrio Técnico**	**1.795**	**974**	**84,29**
2.1 Resultados Realizados	**1.795**	**974**	**84,29**
Superávit Técnico Acumulado	1.795	974	84,29
Reserva de Contingência	1.795	974	84,29

3. **Fundos**	**2**	**1**	**100,00**
3.2 Fundos dos Investimentos – Gestão Previdencial	**2**	**1**	**100,00**
4. **Exigível Operacional**	**10**	**7**	**42,86**
4.1 Gestão Previdencial	3	3	0
4.2 Investimentos – Gestão Previdencial	7	4	75,00

No PBD-I, houve aumento de 12,06% nas Provisões matemáticas, de 84,29% nos Resultados realizados, de 100% nos Fundos da Gestão Previdencial e de 42,86 no Exigível Operacional, ocasionando um acréscimo de 20,58% nas Provisões Técnicas do Plano.

Plano Misto- Plano de Benefício II/CNPJ: 2000008038 – Valores em R$ mil

Descrição	Exercício Atual 31/12/2013	Exercício Anterior 31/12/2012	Variação %
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	**150.739**	**132.903**	**13,42**
1. **Provisões Matemáticas**	**152.242**	**137.593**	**10,65**
1.1 Benefícios Concedidos	**52.474**	**40.194**	**30,55**
Contribuição Definida	1.278	654	95,41
Benefício Definido	51.196	39.540	29,48
1.2 Benefício a Conceder	**101.861**	**97.399**	**4,58**
Contribuição Definida	101.861	97.399	4,58
Saldo de contas – parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	33.684	31.878	5,67
Saldo de contas – parcela Participantes Benefício Definido	68.177	65.521	4,05
1.3 Provisões Matemáticas a Constituir	**-2.093**	**0**	**0**
(+/-) Por Ajuste das Contribuições Extraordinárias	-2.093	0	0
(+/-) Participantes	-2.093	0	0
2. **Equilíbrio Técnico**	**-2.957**	**- 5.794**	**-48,96**
2.1 Resultados Realizados	**-2.957**	**- 5.794**	**-48,96**
(-) Déficit Técnico Acumulado	-2.957	- 5.794	-48,96
3. **Fundos**	**945**	**787**	**20,08**
3.1 Fundos Previdenciais	661	524	26,15
3.2 Fundos dos Investimentos – Gestão Previdencial	284	263	7,98
4. **Exigível Operacional**	**352**	**317**	**11,04**
4.1 Gestão Previdencial	263	266	-1,13
4.2 Investimentos – Gestão Previdencial	89	51	74,51
5. **Exigível Contingencial**	**157**	**0**	**0**
5.1 Gestão Previdencial	157	0	0
5.2 Investimentos – Gestão Previdencial	0	0	0

No Demonstrativo do Plano Misto verificamos um aumento de 10,65% nas Provisões Matemáticas, diminuição de 48,96% no *Déficit* Técnico do plano, aumento de 20,08% nos Fundos e aumento de 11,04% no Exigível Operacional, ocasionando um acréscimo de 13,42% nas Provisões Técnicas do Plano.

Plano Geral Saldado/CNPJ: 2008004783 – Valores em R$ mil

Descrição	Exercício Atual 31/12/2013	Exercício Anterior 31/12/2012	Variação %
Provisões Técnicas (1+2+3+4)	**199.696**	**140.238**	**42,40**
1. **Provisões Matemáticas**	**208.273**	**228.149**	**-8,71**
1.1 Benefícios Concedidos	**169.859**	**140.901**	**20,55**
Benefício Definido	169.859	140.901	20,55
1.2 Benefício a Conceder	**73.588**	**87.248**	**-15,66**
Benefício Definido	73.588	87.248	-15,66
1.3 Provisões Matemáticas a Constituir	**-35.174**	**0**	0
(+/-) Por Ajuste das Contribuições Extraordinárias	-35.174	0	0
(+/-) Participantes	-35.174	0	0
2. **Equilíbrio Técnico**	**-10.603**	**- 88.127**	**-87,97**
2.1 Resultados realizados	**-10.603**	**- 88.127**	**-87,97**
(-) Déficit técnico acumulado	-10.603	- 88.127	-87,97
3. **Fundos**	**1.828**	**12**	**15133,33**
3.1 Fundos Previdenciais	1.813	0	0
3.2 Fundos dos Investimentos – Gestão Previdencial	15	12	25,00
4. **Exigível Operacional**	**198**	**204**	**-2,94**
4.1 Gestão Previdencial	105	151	-30,46
4.2 Investimentos – Gestão Previdencial	93	53	75,47

No PGS, houve diminuição de 8,71% nas Provisões matemáticas, de 87,97% no *Déficit* Técnico do plano, aumento de 15.133,33% nos Fundos e diminuição de 2,94% no Exigível Operacional, ocasionando um acréscimo de 42,40% nas Provisões Técnicas do Plano.

4.7 NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A **Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul - FAPERS** é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC, constituída pelo Patrocinador Instituidor **Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural - ASCAR**, sob forma de Sociedade Civil, sem fins lucrativos. Regulamentada pela Lei Complementar nº 109 de 29 de maio de 2001 e pela Lei Complementar nº 108 de 29 de maio de 2001 para fins de paridade contributiva, bem como pelas normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social - MPS, através da Secretaria de Previdência Complementar – SPC. Com relação à gestão dos Recursos Garantidores das Provisões Matemáticas, segue as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, através do Banco Central do Brasil – BACEN, com autorização de funcionamento concedida através da Portaria MPAS nº 2.463, de 24 de março de 1981, e início efetivo de suas atividades em maio de 1981.

Os objetivos da FAPERS são administrar e executar planos de benefícios de natureza previdenciária, aos empregados vinculados aos Patrocinadores, aos associados, aos Instituidores e grupos familiares dos mesmos, pagar benefícios previdenciais e promover o bem-estar social dos seus destinatários.

Os recursos de que a FAPERS dispõe para seu funcionamento são provenientes das contribuições dos patrocinadores e de seus participantes, e pelos rendimentos obtidos nas aplicações desses recursos.

Os recursos dos planos de benefícios e da gestão administrativa são aplicados de acordo com os critérios estabelecidos na Política de Investimentos, segregados e individualizados nos Investimentos, conforme documentação do custodiante Banco Bradesco S/A.

NOTA 2 – PLANOS DE BENEFÍCIOS

Plano de Benefício Definido - PBD-I - quando de sua constituição em 1981, a FAPERS adotou a modalidade de Plano de Benefício Definido, que foi aprovado por meio do Ofício nº 3.321 SPC/COJ, de 21 de novembro de 2000. Em 06 de abril de 2006, foram aprovadas as alterações do Regulamento por meio do Ofício nº 1.118 /SPC/DETEC/CGAT, passando a denominar-se de Plano de Benefício Definido I – PBD-I.

Em 09 de outubro de 2007, foram aprovadas as alterações do Regulamento por meio do Ofício nº 3867/ SPC/DETEC/CGAT com vigência a partir de 11/10/2007, em cumprimento a Resolução CGPC nº 19, de 25 de setembro de 2006 e Instrução Normativa nº 15/SPC, de 18 de janeiro de 2007.

Em 26 de dezembro de 2008, foram aprovadas as alterações do Regulamento por meio do Ofício nº 4278/ SPC/DETEC/CGAT com vigência a partir de 29/12/2008 conforme Portaria MPS/SPC nº 2691, publicada no Diário Oficial em 29/12/2008.

Plano de Benefícios II – PM – em fevereiro de 2001, a FAPERS por ocasião da reforma de seu Estatuto, instituiu novo plano de benefícios previdenciários na modalidade Contribuição Variável – Plano Previdenciário Misto, tendo seu Regulamento aprovado por meio do Ofício nº 3.321 SPC/COJ, de 21 de novembro de 2000.

Em 06 de abril de 2006, foram aprovadas as alterações do Regulamento por meio do Ofício nº 1.117 /SPC/ DETEC/CGAT, passando a denominar-se de Plano de Benefícios II – Plano Misto.

Em 09 de outubro de 2007, foram aprovadas as alterações do Regulamento por meio do Ofício nº 3865/ SPC/DETEC/CGAT com vigência a partir de 11/10/2007, em cumprimento a Resolução CGPC nº 19, de 25 de setembro de 2006 e Instrução Normativa nº 15/SPC, de 18 de janeiro de 2007.

Em 26 de dezembro de 2008, foram aprovadas a Cisão do Plano Misto e autorização da aplicação do Regulamento do Plano Geral Saldado por meio do Ofício nº 4279/SPC/DETEC/CGAT e Portaria MPS/ SPC nº 2692 publicada no Diário Oficial da União em 29/12/2008. Para o Plano Misto a sua vigência foi a partir de 29/12/2008.

Plano Geral Saldado – PGS – Em 26 de dezembro de 2008, foram aprovadas a Cisão do Plano Misto e autorização da aplicação do Regulamento do Plano Geral Saldado por meio do Ofício nº 4279/SPC/ DETEC/CGAT e Portaria MPS/SPC nº 2692 publicada no Diário Oficial da União em 29/12/2008. Para o Plano Geral Saldado a sua vigência foi a partir de 01/01/2010.

NOTA 3 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, em cumprimento à Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, alterada pela Resolução nº 01, de 03 de março de 2011, expedida pelo CNPC, que passou a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2010. Resolução MPS/CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, Instrução nº 34 da SPC/MPS, de 24 de setembro de 2009, alterada pela IN nº 6 de 13 de novembro de 2013, Resolução CFC nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010 e pela Resolução MPS/CNPC n° 8, de 31 de outubro de 2011.

A Resolução MPS/CNPC n° 8, de 31 de outubro de 2011, determinou em seu Anexo B, os modelos e instruções de preenchimento das Demonstrações Contábeis a serem elaboradas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, que serão compostas pelo Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidado, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido

– DMAL, por Plano de Benefícios, Demonstração do Ativo Líquido – DAL, por Plano de Benefícios, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA Consolidada e Demonstração das Provisões Técnicas do Plano – DPT, por plano de benefícios, de acordo com a Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013, em substituição das Demonstrações das Obrigações Atuariais dos Planos de Benefícios (DOAP).

Os balancetes da FAPERS são emitidos por plano de benefícios, com a finalidade de dar maior transparência na apuração dos resultados e manter o controle das migrações de recursos entre as diferentes gestões e planos de benefícios. As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais, em conformidade com as normas específicas aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar.

NOTA 4 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela FAPERS para elaboração das demonstrações contábeis foram as seguintes:

4.1 – O resultado é apurado pelo regime de competência, o mesmo se aplicando aos rendimentos como bonificações, dividendos e juros sobre o capital próprio, e representam de forma analítica o resultado líquido apurado em cada Gestão e Plano.

4.2 – Os Títulos Públicos e de Créditos Privados e Depósitos são registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos de cada mês de competência e ajustados ao valor provável de realização, conforme determina a Resolução CGPC nº 4, de 30/01/2002.

4.3 – As ações adquiridas são registradas pelo custo de aquisição, acrescido de despesas de corretagem e outras taxas, avaliadas pelo valor de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores, procedimento adotado a partir de julho de 2008, em conformidade com as disposições da Resolução CGPC n° 25, de 30 de junho de 2008, anteriormente a avaliação dos componentes do segmento de renda variável era pelo valor de mercado com base na cotação média ao final de cada mês.

4.4 – As ações que não tenham sido negociadas em bolsas de valores ou em mercado de balcão organizado, por período superior a seis meses, são avaliadas pelo último valor patrimonial publicado ou pelo custo, dos dois o que for menor.

4.5 – Os montantes relativos aos Fundos de Investimentos são representados pelo valor de suas cotas na data da última cotação de cada mês de competência.

4.6 – Os Investimentos Imobiliários estão registrados ao custo de aquisição ou construção e ajustados periodicamente por reavaliações. São depreciados (exceto terrenos) pelo método linear à taxa de 2% ao ano ou às taxas correspondentes ao tempo de vida útil remanescente fixada nos laudos de reavaliação. As instalações em geral são depreciadas pelo método linear à taxa de 10% ao ano.

4.7 – Os Empréstimos correspondem a empréstimos simples e seu saldo inclui principal, juros e atualização monetária de cada mês de competência.

4.8 – Foram constituídas provisões referentes aos direitos creditórios de liquidação duvidosa, segundo critérios definidos na Instrução SPC/MPS n.º 34, Anexo 'A' de 24/09/2009, para Contribuições e Empréstimos dos Planos de Benefícios, conforme quadro abaixo.

Atraso de	% aplicado s/ valor dos créditos vencidos e vincendos
61 a 120 dias	25%
121 a 240 dias	50%
241 a 360 dias	75%
Superior a 360 dias	100%

NOTA 5 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO DAS APLICAÇÕES DE RECURSOS EXISTENTES NO ATIVO IMOBILIZADO

5.1 – IMOBILIZADO

Os bens que constituem o Ativo Permanente estão devidamente corrigidos pela variação da Ufir até 31/12/1995. Os bens adquiridos após esta data estão registrados pelo custo de aquisição e são depreciados pelo método linear à taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil fixado por espécie de bem, conforme determina a Resolução nº 05, de 30/01/2002, alterada pela Resolução nº 10, de 05/07/2002 do MPAS e a partir de 2010 de acordo com a nova legislação.

5.2 – INTANGIVEL

Registra os gastos com implantação de sistemas computacionais adquiridos a partir de 01/01/2010, sendo amortizados pelo método linear.

5.3 – DIFERIDO

Registra os gastos com a implantação de sistemas computacionais, sendo amortizados pelo método linear.

Descrição	Taxa de depreciação / amortização	Custo	Depreciação / amortização acumulada	Valor residual
			31/12/2013	
IMOBILIZADO				
Móveis e Utensílios	**10%aa**	55	(46)	9
Máquinas e Equipamentos de Uso	**10%aa**	47	(42)	5
Direito de Uso de Telefones		8	-	8
Equipamento de Proces.de Dados	**20%aa**	77	(66)	11
Marcas e Patentes		2	-	2
		189	**(154)**	**35**

Descrição	Taxa de depreciação / amortização	Custo	Depreciação / amortização acumulada	Valor residual
INTANGÍVEL				
Softwares	**20%aa**	5	(3)	2
		5	**(3)**	**2**
DIFERIDO				
Softwares	**20%aa**	67	(66)	1
		67	**(66)**	**1**

NOTA 6 – AVALIAÇÃO DE BENS DOS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS E IMOBILIZADO

Os Investimentos Imobiliários estão demonstrados pelo custo de aquisição ou construção corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e ajustado por reavaliações periódicas. As depreciações são calculadas pelo método linear à taxa de 2% ao ano para edificações, 20% ao ano para instalações elétricas e 10% ao ano para instalações em geral e taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, com base nos laudos de avaliação.

A FAPERS efetuou em 02 de dezembro de 2011, o registro da reavaliação da participação de 20% do empreendimento "Shopping Center Lindóia" situado na Av. Assis Brasil, nº 3522 esquina com a Av. Panamericana, no Bairro Jardim Lindóia, em Porto Alegre (RS), tendo por base o Laudo de Avaliação nº 01247/2011, pela empresa "Bolsa de Avaliação de Imóveis do RGS Ltda". A próxima reavaliação ocorrerá em 2014.

A FAPERS, em atendimento as disposições legais, efetuou em 17 de dezembro de 2012 o registro da reavaliação dos imóveis situados na "Rua Marcílio Dias, 1073 e conjunto 501 na Rua Saldanha Marinho nº 33, ambos no Bairro Menino Deus, em Porto Alegre (RS), conforme abaixo descrito no sumário das contas objeto da reavaliação, tendo por base os Laudos de Avaliação nº 01831/2012 e 01832/2012, pela empresa "Bolsa de Avaliação de Imóveis do RGS Ltda". As próximas reavaliações ocorrerão em 2015.

6.1 – ALUGUÉIS

São calculados com base nos contratos firmados a valores considerados pela administração como compatíveis com os valores de mercado, estão registrados em subcontas de investimentos imobiliários, em contrapartida das receitas dos Investimentos. De acordo com a legislação vigente, as EFPCs devem proceder à reavaliação de seus Investimentos Imobiliários em período não superior a três anos.

6.2 – PROVISÃO PARA OSCILAÇÕES NO MERCADO IMOBILIÁRIO

A FAPERS na data de 02/12/2011 ajustou o valor para R$ 1.000 mil, a título de provisão para oscilações no mercado imobiliário, tendo como base o preço de mercado da reavaliação do empreendimento Lindóia Shopping Center, conforme Laudo n° 01247/2011 de Bolsa de Avaliação de Imóveis do Rio Grande do Sul S/S Ltda - BOLSAVAL, para fins de cobertura de eventual resultado futuro negativo em defesa dos interesses dos quotistas, conforme ATA nº 225 do Conselho Deliberativo.

6.3 – ALIENAÇÕES

Representam os saldos das operações de venda a prazo, os quais são calculados pelo sistema da Tabela *Price*, corrigidos pela variação do IGP-M, conforme estabelecido nos contratos de Promessa de Compra e Venda. Os Terrenos alienados (Gramado–RS), até 2002, foram realizados pelo método da Tabela *Price* (+) IGP-M, a partir de 2003 pela Tabela *Price* (+) INPC, e os demais Imóveis (em Porto Alegre) sempre realizados pelo método da Tabela *Price* (+) IGP-M.

NOTA 7 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

7.1 – COBRANÇA INDEVIDA DE CONTRIBUIÇÕES

Em julho de 2012, o arquivo bancário remetido ao Banrisul para efetuar as cobranças de contribuições de participantes do Plano Misto, foi enviado com divergências na numeração das agências bancárias de alguns participantes, o que ocasionou cobranças indevidas ou em duplicidade, conforme Relatório Circunstanciado nº 08 de 20/12/2012 da Área de Seguridade referente Ocorrências na Arrecadação de Junho/2012 do Banrisul. Estes valores foram contabilizados em "Créditos de Participantes – Devoluções de Contribuições", no montante de R$ 87 mil em julho de 2012, permanecendo saldo de R$ 6 mil em 31 de dezembro de 2012. Em 10 de outubro de 2013, após tentativas de revisão junto ao Banco Banrisul, este saldo foi revertido para resultado, em virtude da impossibilidade de identificação dos correntistas do Banrisul não participantes da FAPERS, conforme orientação da Diretoria Executiva no Memorando Interno de n.º 047 de 10 de outubro de 2013.

NOTA 08 – CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS E DÉFICT TÉCNICO

8.1 – CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS

O montante das Contribuições Contratadas registradas na escritura do Instrumento Público de Confissão de Dívida firmado em 30/11/2000 entre a FAPERS e a Patrocinadora ASCAR foi recomposto em 29 de dezembro de 2009 através de Escritura de Re-Ratificação de Confissão Dívida. Os valores da Escritura de Re-Ratificação de Confissão Dívida de 29/12/2009 em 31 de dezembro de 2012 eram:

Em 31/12/2012				R$ MIL
CONTA CONTÁBIL	**DESCRIÇÃO**	**PBD-I**	**PGS**	**CONSO-LIDADO**
121104	CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS	0	0	0
12110499	OUTRAS CONTRATAÇÕES	0	0	0
1211049901	ASCAR-ESCRIT.RE-RATIF.CONF. DIV.29/12/2009	0	0	0
121104990101	PARCELAS ATRASO CONTRATO 29/12/2009	764	12.637	13.401
121104990102	PARCELAS ATRASO CONTRATO 10/06/2010	93	1.423	1.516
121104990103	SALDO DEVEDOR CONTRATO 29/12/2009	4.165	63.752	67.917
121104990110	(-) PCLD PATROC. ESCR.RE.RETIF.29/12/2009	-5.022	-77.812	-82.834

Tendo em vista as dificuldades em receber os valores referentes a esta dívida, em 09 de março de 2012 a FAPERS e a ASCAR protocolaram junto a Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem da PREVIC, requerimento para instauração de procedimento de mediação e conciliação com vista a solucionar o litígio envolvendo a dívida da patrocinadora ASCAR com a Entidade, cuja homologação ocorreu em 10 de outubro de 2012. Para a formalização e firmamento dos novos contratos, houve a necessidade de buscar a homologação judicial do acordo e o consequente arquivamento das ações judiciais anteriores. A homologação do acordo deu-se em 15 de fevereiro de 2013 conforme nota de expediente nº 5017 da Décima Terceira Vara Cível do Foro Central de Porto Alegre/RS.

As novas escrituras de Confissão de Dívida foram pactuadas e assinadas entre a FAPERS e a Patrocinadora ASCAR em 24 de abril de 2013. Nesta mesma data, com o objetivo de formalizar o compromisso da Patrocinadora FAPERS com seus participantes, foram firmados Termos de Confissão de Dívida.

Durante as negociações da dívida da Patrocinadora, houve a necessidade de segregação do montante da dívida em dois contratos: um contendo a dívida financeira e outro com o déficit atuarial, em função da origem das dívidas.

Assim, considerando os novos fatos geradores acima descritos e a Nota Técnica do Equacionamento do Déficit Técnico Atuarial do PGS, base Janeiro/2013, emitido pela empresa Equipe Atuarial em maio/2013, houve a necessidade de reclassificação contábil da dívida atuarial e da dívida financeira dos planos de benefícios PBD-I e PGS, contabilizada em 24/04/2013, como segue:

8.1.1 – DÍVIDA FINANCEIRA

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO – PBD-I - PATROCINADORA ASCAR

De acordo com a Escritura Pública de Confissão de Dívida do Plano de Benefício Definido I de n.º 22.807, registrada no Livro n.º125 e folhas n.º 83 e 84 do 9º Tabelionato de Notas de Porto Alegre, firmada entre as partes em 24 de abril de 2013, a dívida financeira da ASCAR para com a FAPERS passou a ser de R$ 1.253 mil na data base de 31/01/2013, corrigido pelo INPC + 6% de juros ao ano até a data da escritura, sendo este valor registrado nas contas contábeis 1.2.1.1.04.99.02.03 e 3.1.3.9.01.01.

A dívida deverá ser saldada pela ASCAR no prazo de 21 anos, ou seja, através de 252 (duzentos e cinquenta e duas) prestações mensais e sucessivas, devidamente corrigidas pelo INPC + 6% de juros ao ano, sendo o último vencimento no dia 30 de abril de 2034.
As parcelas recebidas da Patrocinadora ASCAR no decorrer de 2013 foram:

DIVIDA FINANCEIRA PBD-I		R$ Mil
PARCELA Nº	**DATA DO RECEBIMENTO**	**VALOR DA PARCELA RECEBIDA**
1	30/04/2013	9
2	04/06/2013	9
3	02/07/2013	9
4	02/08/2013	9
5	03/09/2013	9
6	02/10/2013	9
7	04/11/2013	9
8	03/12/2013	9
TOTAL RECEBIDO EM 2013		**72**

PLANO GERAL SALDADO – PGS – PATROCINADORA ASCAR

De acordo com a Escritura Pública de Confissão de Dívida do Plano Geral Saldado de n.º 22.808, registrada no Livro n.º125 e folhas n.º 85 e 86 do 9º Tabelionato de Notas de Porto Alegre, firmada entre as partes em 24 de abril de 2013, a dívida financeira da ASCAR para com a FAPERS passou a ser de R$ 18.537 mil, na data base de 31/01/2013, corrigido pelo INPC + 6% de juros ao ano até a data da escritura, sendo este valor registrado nas contas contábeis 1.2.1.1.04.99.02.05 e 3.1.3.9.01.01.

A dívida deverá ser saldada pela ASCAR no prazo de 21 anos, ou seja, através de 252 (duzentos e cinquenta e duas) prestações mensais e sucessivas, devidamente corrigidas pelo INPC + 6% de juros ao ano, tendo o último vencimento no dia 30 de abril de 2034.

As parcelas de nº 01,02 e 03 com base no Acordo firmado entre as partes cuja homologação ocorreu em 10 de outubro de 2012, efetuaram a pagamento das mesmas a título de antecipação até a assinatura da Escritura.

As parcelas recebidas da Patrocinadora ASCAR no decorrer de 2013 foram:

DIVIDA FINANCEIRA PGS		R$ Mil
PARCELA Nº	**DATA DO RECEBIMENTO**	**VALOR DA PARCELA RECEBIDA**
1	31/01/2013	128
2	28/02/2013	129
3	31/03/2013	130
4	30/04/2013	130
5	04/06/2013	131
6	02/07/2013	132
7	02/08/2013	132
8	03/09/2013	132
9	02/10/2013	132
10	04/11/2013	133
11	03/12/2013	133
TOTAL RECEBIDO EM 2013		**1.442**

8.1.2 – DÍVIDA ORIUNDA DO DÉFICIT ATUARIAL:

PLANO GERAL SALDADO – PGS – PATROCINADORA ASCAR

De acordo com a Escritura Pública de Confissão de Dívida e outras avenças do Plano Geral Saldado, de n.º 22.806, registrada no Livro n.º125 e folhas n.º 81 e 82 do 9º Tabelionato de Notas de Porto Alegre, firmada entre as partes em 24 de abril de 2013, data base de 31/01/2013, corrigido pelo INPC + 6% de juros ao ano até a data da escritura, a dívida atuarial total com a FAPERS era de R$ 70.732 mil, equacionada de forma paritária (50/50), de acordo com a Lei Complementar n.º 108/2001, entre Patrocinadora ASCAR, participantes e assistidos, conforme Parecer n.º 92/2012/PF-PREVIC/PGF/AGU de 23/07/2012 e Parecer Complementar SIPPS 357096163, de 02/10/2012.

O montante de R$ 35.366 mil que compete à patrocinadora ASCAR, foi registrado nas contas contábeis 1.2.1.1.04.99.02.01 e 3.1.3.9.01.01.

A dívida que compete a Patrocinadora ASCAR deverá ser saldada no prazo de 21 anos, ou seja, através de 252 (duzentos e cinquenta e duas) prestações mensais e sucessivas, devidamente corrigidas pelo INPC + 6% de juros ao ano, tendo o último vencimento no dia 30 de abril de 2034.

As parcelas recebidas da Patrocinadora ASCAR no decorrer de 2013 foram:

DÍVIDA ATUARIAL PGS		R$ Mil
PARCELA Nº	**DATA DO RECEBIMENTO**	**VALOR DA PARCELA RECEBIDA**
1	30/04/2013	251
2	04/06/2013	253
3	02/07/2013	254
4	02/08/2013	254
5	03/09/2013	254
6	02/10/2013	255
7	04/11/2013	255
8	03/12/2013	257
TOTAL RECEBIDO EM 2013		**2.033**

Os outros R$ 35.366 mil citados na escritura como dívida dos participantes, serão equacionados com contribuições extraordinárias, de acordo com a Nota Técnica do Equacionamento do Déficit Técnico Atuarial do PGS emitida pela Equipe Atuarial Ltda em 27 de maio de 2013, sendo classificados como segue:

Participantes Ativos Não Elegíveis – Este grupo teve o seu benefício saldado reduzido de forma vitalícia em 15,47%, no montante acumulado de R$ 2.518 mil.

Participantes Ativos Elegíveis e Assistidos – O montante que compete a este grupo era R$ 32.848 mil, equacionados conforme segue:

Participantes Ativos Elegíveis - Participantes que já cumpriram todas as exigibilidades para o recebimento do benefício, entretanto ainda não estão em gozo do mesmo.

Pagarão contribuições no prazo de 21 anos, cuja taxa é de 20,17% calculada sobre o valor de cada benefício, inclusive o abono anual.

Para este grupo de participantes a forma de pagamento será com base no Fundo para Risco Iminente, cuja constituição segue as regras estipuladas na Nota Técnica do Equacionamento do Déficit Técnico Atuarial do PGS emitida pela Equipe Atuarial Ltda em 27 de maio de 2013.

O registro contábil do Fundo RI é efetuado nas contas 2.3.2.1.03.02 e 3.7.1.2.

Quando este participante entrar em gozo de benefício, o valor de sua reserva individual será transferido da conta de Fundo para Risco Iminente para Provisões Matemáticas/Benefícios Concedidos (conta 2.3.1.1.01) e sua contribuição será então descontada na folha de benefícios como os demais assistidos.

Veja informações mais detalhadas referentes ao Fundo para Risco Iminente dos Participantes Ativos Elegíveis na Nota Explicativa 12.1.2.
Participantes Assistidos – Pagarão Contribuições Extraordinárias mensalmente descontadas em folha de benefícios, no prazo de 21 anos, cuja taxa é de 20,17% calculada sobre o valor de cada benefício, inclusive o abono anual.

Descontos efetuados em Folha de Benefício em 2013:

DÍVIDA ATUARIAL PGS PARTICIPANTES ASSISTIDOS		R$ Mil
DESCONTO EM FOLHA DE BENEFÍCIOS	**DATA DO RECEBIMENTO**	**VALOR DA PARCELA RECEBIDA**
abril-13	30/04/2013	183
maio-13	31/05/2013	190
junho-13	28/06/2013	190
julho-13	31/07/2013	196
agosto-13	30/08/2013	195
setembro-13	30/09/2013	206
outubro-13	31/10/2013	203
novembro-13	29/11/2013	213
dezembro-13	20/12/2013	215
Abono 2013	20/12/2013	203
TOTAL EM 2013		**1.994**

PLANO GERAL SALDADO – PGS – PATROCINADORA FAPERS

De acordo com o Termo de Confissão de Dívida do Plano Geral Saldado, firmado em 24 de abril de 2013, data base de 31/01/2013, a dívida referente ao déficit atuarial da Patrocinadora FAPERS para com o PGS era de R$ 306 mil, corrigido pelo INPC + 6% ao ano de juros até a data do termo, equacionada de forma paritária (50/50), de acordo com o artigo 21 da Lei Complementar 109/2001, entre a patrocinadora FAPERS e seus empregados.

A patrocinadora FAPERS reconheceu a dívida de R$ 153 mil e se comprometeu a saldá-la no prazo de 21 anos, através de 252 (duzentos e cinquenta e duas) prestações, sendo o vencimento da última em 30 de abril de 2034. Após 24 de abril de 2013 as demais parcelas também serão corrigidas pelo INPC + 6% ao ano de juros. Este valor foi registrado nas contas contábeis 1.2.1.1.04.99.03.01 e 3.1.3.9.01.01 no Plano Geral Saldado.

O montante de R$ 153 mil que compete à Patrocinadora FAPERS será equacionado pelo Plano de Gestão Administrativa PGA. Serão classificadas nas contas contábeis do PGA 2.1.2.1.01.10 e 4.2.9.2.01.03.02.

As parcelas recebidas da Patrocinadora FAPERS no decorrer de 2013 foram:

DÍVIDA ATUARIAL FAPERS PGS		R$ Mil
PARCELA Nº	**DATA DO RECEBIMENTO**	**VALOR DA PARCELA RECEBIDA**
1	30/04/2013	1
2	04/06/2013	1

3	02/07/2013	1
4	02/08/2013	1
5	03/09/2013	1
6	02/10/2013	1
7	04/11/2013	1
8	03/12/2013	1
TOTAL RECEBIDO EM 2013		**8**

Os outros R$ 153 mil citados no Termo como dívida dos participantes, serão equacionados com contribuições extraordinárias de acordo com a Nota Técnica do Equacionamento do Déficit Técnico Atuarial do PGS emitida pela Equipe Atuarial Ltda em 27 de maio de 2013, sendo contabilmente classificados como segue:

Participantes Ativos Não Elegíveis – Este grupo teve o seu benefício saldado reduzido de forma vitalícia em 15,47%, no montante acumulado de R$ 11 mil.

Participantes Ativos Elegíveis – O montante que compete a este grupo era R$ 142 mil.
Participantes que já cumpriram todas as exigibilidades para o recebimento do benefício, entretanto ainda não estão em gozo do mesmo, conforme explicamos no item 8.12 desta nota explicativa.

Neste grupo, da Patrocinadora FAPERS no Plano Geral Saldado, se inclui um único participante.

Participantes Assistidos – Não há.

8.2 – EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT TÉCNICO DO PLANO MISTO

No dia 28 de junho de 2013 foi firmada entre a Patrocinadora ASCAR e FAPERS a Escritura Pública de Confissão de Dívida Do Plano Misto de n.º 23.091, registrada no Livro n.º 127 e folhas n.º 07 e 08 do 9º Tabelionato de Notas de Porto Alegre, referente ao equacionamento do Déficit Técnico do Plano Misto.

Na mesma data, com o objetivo de formalizar o compromisso da Patrocinadora FAPERS, foi firmado um Termo de Confissão de Dívida.

Por determinação da Lei Complementar n.º 108/2001 e do Parecer n.º 92/2012/PF-PREVIC/PGF/AGU de 23/07/2012 e Parecer Complementar SIPPS 357096163, de 02/10/2012, a dívida do Plano Misto será suportada paritariamente (50/50) entre patrocinadoras e participantes ativos e assistido.

Para os registros contábeis da dívida do Plano Misto consideramos como fato gerador, além da Escritura e do Termo acima citados, a Nota Técnica do Equacionamento do Déficit Técnico Atuarial do Plano Misto emitida pela empresa Equipe Atuarial Ltda em 05 de julho de 2013.

EM 05/07/2013			R$ Mil
DISTRIBUIÇÃO DO DÉFICIT TÉCNICO DO PLANO MISTO			
PATROCINADAS	3.814	ASCAR	3.787
		FAPERS	27
PARTICIPANTES	3.814	ASSISTIDOS	1.815
		ATIVOS	1.999
TOTAL EQUACIONADO			**7.628**

O montante total do déficit técnico considerado foi de R$ 7.628 mil, conforme a Nota Técnica dos atuários já mencionada, com base nos resultados de dezembro/2012, utilizando-se a tábua AT 2000 e taxa de juros de 5,5% ao ano.

8.2.1 – DÍVIDA ORIUNDA DO DÉFICIT ATUARIAL

PLANO MISTO – PATROCINADORA ASCAR

A dívida de R$ 3.787 mil que compete à patrocinadora ASCAR deverá ser saldada no prazo de 7 anos, ou seja, através de 84 (oitenta e quatro) prestações mensais e sucessivas, devidamente corrigidas pelo INPC + 5,5% de juros ao ano, tendo o último vencimento no dia 02 de julho de 2020. Este montante foi classificado nas contas contábeis 1.2.1.1.04.99.02.07 e 3.1.3.9.01.01 em 28 de junho de 2013.

As parcelas recebidas da Patrocinadora ASCAR no decorrer de 2013 foram:

DÍVIDA ATUARIAL ASCAR PLANO MISTO		R$ Mil
PARCELA Nº	**DATA DO RECEBIMENTO**	**VALOR DA PARCELA RECEBIDA**
1	10/07/2013	57
2	02/08/2013	57
3	03/09/2013	58
4	02/10/2013	58
5	04/11/2013	58
6	03/12/2013	58
TOTAL RECEBIDO EM 2013		**346**

PLANO MISTO – PATROCINADORA FAPERS

De acordo com o Termo de Confissão de Dívida do Plano de Benefício II Plano Misto, firmado em 28 de junho de 2013, data base 31 de dezembro de 2012, a dívida referente ao déficit atuarial da Patrocinadora FAPERS para com o Plano Misto era de R$ 27 mil, corrigido pelo INPC + 5,5% ao ano de juros até a data do termo, equacionada de forma paritária (50/50), de acordo com o artigo 21 da Lei Complementar 109/2001, entre a patrocinadora FAPERS e seus empregados.

A patrocinadora FAPERS se comprometeu a saldá-la no prazo de 7 anos, ou seja, através de 84 (oitenta e quatro) prestações mensais e sucessivas, devidamente corrigidas pelo INPC + 5,5% de juros ao ano, tendo o último vencimento no dia 02 de julho de 2020.

Este montante foi classificado nas contas contábeis 1.2.1.1.04.99.03.03 e 3.1.3.9.01.01 em 28 de junho de 2013.

O montante de R$ 27 mil que compete à Patrocinadora FAPERS será equacionado pelo Plano de Gestão Administrativa PGA, sendo classificados nas contas contábeis do PGA 2.1.2.1.01.10 e 4.2.9.2.01.03.05.

Em 2013 as parcelas pagas de nº 01 a 06 pela Patrocinadora FAPERS somaram R$ 2.437,69.

PLANO MISTO – PARTICIPANTES

De acordo com a Nota Técnica do Equacionamento do Déficit Técnico Atuarial do Plano Misto de 05/07/2013, a parte da dívida que compete aos participantes ativos será equalizada por meio de redução da Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (conta contábil 2.3.1.1.02.01.02) e o equacionamento dos participantes assistidos se dará por contribuições extraordinárias futuras, descontadas em folha de benefícios, desde agosto de 2013, tanto para participantes da ASCAR quanto FAPERS.

De acordo com o Relatório Circunstanciado de nº 021 de 01 de outubro de 2013, em setembro de 2013, ao realizarmos a contabilização do movimento do mês de agosto de 2013, verificamos que as Provisões Matemáticas fornecidas pela Equipe Atuarial referente aos meses de Junho e Julho de 2013 não contemplavam os valores de *Provisões Matemáticas a Constituir por Ajustes das Contribuições Extraordinárias dos*

Participantes acima citados. Entendemos como fato gerador dos registros contábeis do Equacionamento do Déficit Técnico do Plano Misto a data de 28 de junho de 2013, data em que foi assinada a Escritura Pública de Confissão de Dívida Do Plano Misto de n.º 23.091 e o Termo de Confissão de Dívida, por isso a contabilização da dívida referente às patrocinadoras foi registrada em 28 de junho de 2013, mas devido ao fato acima relatado, os registros contábeis referentes às contribuições extraordinárias dos participantes ativos e assistidos de junho e julho de 2013 foram registrados em 01 de agosto de 2013, na conta contábil 2.3.1.1.03.03.02, a fim de evitarmos a abertura dos Balancetes de junho e julho de 2013 que já haviam sido concluídos e remetidos aos órgãos competentes.

8.3 – NOVA ESTRUTURA DAS CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS

No quadro abaixo apresentamos a estrutura atual dos saldos contábeis das Contribuições Contratadas nos Balancetes em 31 de dezembro de 2013, considerando as Escrituras, Termos, Notas Técnicas e procedimentos acima citados.

Em 31/12/2013					R$ MIL
CONTA CONTÁBIL	**DESCRIÇÃO**	**PBD-I**	**PM**	**PGS**	**CONSOLIDADO**
121104	CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS	1.310	3.889	56.227	61.426
12110499	OUTRAS CONTRATAÇÕES	1.310	3.889	56.227	61.426
1211049901	ASCAR-ESCRIT. RE-RATIF. CONF. DIV. 29/12/2009	0	0	0	0
121104990101	PARCELAS ATRASO CONTRATO 29/12/2009	0	0	0	0
121104990102	PARCELAS ATRASO CONTRATO 10/06/2010	0	0	0	0
121104990103	SALDO DEVEDOR CONTRATO 29/12/2009	0	0	0	0
121104990110	(-) PCLD PATROC. ESCR.RE.RETIF.29/12/2009	0	0	0	0
1211049902	PATROCINADORA ASCAR	1.310	3.862	56.067	61.239
121104990201	ESCRITURA Nº 22806 DE 24/04/2013 - PGS	0	0	36.990	36.990
121104990203	ESCRITURA Nº 22807 DE 24/04/2013 - PBD-I	1.310	0	0	1.310
121104990205	ESCRITURA Nº 22808 DE 24/04/2013 - PGS	0	0	19.077	19.077
121104990207	ESCRITURA Nº 23091 DE 28/06/2013 - PM	0	3.862	0	3.862
1211049903	PATROCINADORA FAPERS	0	27	160	187
121104990301	TERMO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA DE 24/04/2013 - PGS	0	0	160	160
121104990303	TERMO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA DE 28/06/2013 - PM	0	27	0	27

NOTA 09 – COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

9.1 – DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO CONSOLIDADA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
TÍTULOS PÚBLICOS	**90.843**	**10.662**
Títulos Públicos Federais	90.843	10.662
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	**104.440**	**114.471**
Instituições Financeiras	37.116	47.617
Companhias Abertas	67.324	66.854
AÇÕES	**11.158**	**27.927**
Instituições Financeiras	1.124	5.775
Companhias Abertas	10.034	22.152
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	**87.225**	**120.655**
Referenciado	8.710	0
Renda Fixa	23.940	0
Ações	45.052	13.877
Multimercado	923	103.749

Direitos Creditórios	2.039	3.029
Imobiliário	6.561	0
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	**5.365**	**5.716**
Alugueis e Renda	5.175	5.406
Direitos em Alienações de Investimentos Imobiliários	190	310
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	**2.596**	**4.033**
Empréstimos	2.596	4.033
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	**301.627**	**283.464**

Em 31 de dezembro de 2013, conforme Relatório Circunstanciado de nº 02 de 27/01/2014 da área de contabilidade, houve a necessidade de reclassificação contábil dos Fundos de Investimentos devido à divergência com a classificação da Resolução CMN n.º 3792 de 24 de setembro de 2009. Este fato ocorreu porque o sistema da Intech importa os dados diretamente de arquivo XML disponibilizado pelo Custodiante Bradesco e este arquivo traz uma classificação diferente do preconizado. A FAPERS está solucionando o problema com a modificação do sistema da Intech para a área de Investimentos com prazo para conclusão no segundo semestre de 2014.

Considerando o Demonstrativo de Composição dos Fundos de Investimentos do Custodiante Bradesco, reclassificamos de acordo com o quadro abaixo:

31/12/2013	R$ MIL		
CONSOLIDADO	**CONTÁBIL**	**COMPOSIÇÃO CARTEIRA DE FUNDOS DA CUSTÓDIA**	**AJUSTES ENTRE CONTAS**
FUNDOS DE INVESTIMENTO	**87.225**	**87.225**	0
FDO REFERENCIADO	0	8.710	*- 8.710*
FDO RENDA FIXA	0	23.940	*- 23.940*
AÇÕES	39.520	45.052	*- 5.532*
MULTIMERCADO	33.573	923	*32.650*
DIREITOS CREDITÓRIOS	2.039	2.039	0
IMOBILIÁRIO	12.093	6.561	*5.532*

9.2 – DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO POR PLANO DE BENEFÍCIOS E PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

Descrição	**31/12/2013**			
	PBD-I	**PM**	**PGS**	**PGA**
TÍTULOS PÚBLICOS				
Nota do Tesouro Nacional	1.339	45.786	43.059	658
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS				
Certificados de Depósitos Bancários	-	1.131	2.061	-
Dep. Prazo Garant Especial	292	15.575	18.057	-
Debêntures Não Conversíveis – CA	2.896	32.408	27.911	-
Certificados de Receb Imobiliários	317	1.259	2.533	-
AÇÕES				
Instituições Financeiras	280	685	439	-
Companhias Abertas	-	3.838	5.916	-
FUNDOS DE INVESTIMENTOS				
Referenciado	675	1.567	4.190	2.280
Renda Fixa	1.072	8.832	12.712	1.324
Ações	805	26.606	17.640	-

Multimercado	620	198	87	18
Direitos Creditórios	206	710	1.123	-
Imobiliário	-	3.280	3.281	
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	158	1.701	3.506	-
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	11	1.716	869	-

9.3 – CRITÉRIOS PARA REGISTRO E AVALIAÇÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em atendimento à Resolução CGPC nº 4, de 30/01/2002, os títulos e valores mobiliários foram classificados em duas categorias:

(i) Títulos para Negociação - quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor de mercado;

(ii) Títulos Mantidos até o Vencimento - quando a intenção da administração e considerando a capacidade financeira da FAPERS, é manter os referidos títulos até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimentos e classificação de risco do título.

A FAPERS não efetuou operações contempladas pela Resolução CGPC n°15, de 23/08/2005.

A administração tem a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento", em virtude da capacidade financeira da FAPERS.

Descrição	Parâmetro	Natureza	Custo de Aquisição	Montante 31/12/2013	Faixas de Vencimento
TÍTULOS PÚBLICOS				**90.843**	
Títulos Públicos Federais				**90.843**	
NTN-B	Curva	ii	995	1.482	500 dias
NTN-B	Curva	ii	504	521	958 dias
NTN-B	Curva	ii	2.309	3.600	1.231dias
NTN-B	Curva	ii	1.889	1.918	3.149 dias
NTN-B	Curva	ii	10.632	10.803	6.071 dias
NTN-B	Curva	ii	28.152	28.298	7.805 dias
NTN-B	Curva	ii	12.765	13.075	9.724 dias
NTN-B	Curva	ii	37.126	11.670	11.458 dias
NTN-B	Curva	ii	17.094	17.684	13.376 dias
NTN-B	Curva	ii	1.719	1.792	3.288 dias
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS				**104.440**	
Total Instituições Financeiras				**37.116**	
CDB-Oper.Compromissada-Safra	Curva	ii	3.009	3.001	1.093 dias
CDB Pine	Curva	ii	180	190	1.281 dias
DPGE-Mercantil do Brasil	Curva	ii	2.320	3.477	7 dias
DPGE-Indusval	Curva	ii	2.000	2.921	70 dias
DPGE-Fibra	Curva	ii	1.500	2.212	80 dias
DPGE-Banif	Curva	ii	1.000	1.470	91 dias
DPGE-Fibra	Curva	ii	2.000	2.930	128 dias
DPGE-Bicbanco	Curva	ii	900	1.268	136 dias
DPGE-Bicbanco	Curva	ii	2.000	3.271	140 dias
DPGE-Schahim	Curva	ii	1.000	1.416	146 dias
DPGE-Schahim	Curva	ii	1.500	2.385	239 dias
DPGE-Schahim	Curva	ii	1.000	1.593	254 dias
DPGE-Fibra	Curva	ii	1.500	2.112	532 dias

DPGE-Bicbanco	Curva	ii	4.000	4.223	538 dias
DPGE-Mercantil do Brasil	Curva	ii	800	976	1114 dias
DPGE-Mercantil do Brasil	Curva	ii	2.000	2.444	1168 dias
DPGE-Mercantil do Brasil	Curva	ii	1.000	1.227	1171 dias
Companhias Abertas				**67.324**	
CRI-BRC(Petrobrás)	Curva	ii	4.025	4.109	2.934 dias
Debêntures Simples-TPI	Curva	ii	5.021	5.451	1.384 dias
Debêntures Simples-CBEE(Ampla)	Curva	ii	4.033	4.777	1.627 dias
Debêntures Simples-Energisa	Curva	ii	4.007	4.481	2.022 dias
Debêntures Simples-Alga	Curva	ii	5.091	5.498	2.084 dias
Debêntures Simples- BR Telecom	Curva	ii	4.010	4.637	2.266 dias
Debêntures Simples-Cemig G	Curva	ii	6.062	7.018	2.968 dias
Debêntures Simples-ECPT	Curva	ii	1.106	1.288	3.027 dias
Debêntures Simples-ECPT	Curva	ii	1.107	1.263	3.118 dias
Debêntures Simples-ECPT	Curva	ii	1.107	1.237	3.210 dias
Debêntures Simples-ECPT	Curva	ii	1.106	1.359	3.302 dias
Debêntures Simples-CPTE	Curva	ii	13.226	12.661	3.602 dias
Debêntures Simples-CART	Curva	ii	5.021	5.322	4.002 dias
Debêntures Simples-Rod Tietê	Curva	ii	8.052	8.222	5.280 dias
Debênture Simples-Vale	Curva	ii	1	1	13.338 dias
AÇÕES				**11.158**	
Instituições Financeiras	Mercado	i	-	1.124	
Companhias Abertas	Mercado	i	-	10.034	
FUNDOS DE INVEST.				**87.225**	
Ações	Mercado	i	-	45.052	
Multimercado	Mercado	i	-	923	
Direitos Creditórios	Mercado	i	-	2.039	
Referenciado	Mercado	i	-	8.710	
Renda Fixa	Mercado	i	-	23.940	
Imobiliário	Mercado	i	-	6.561	

NOTA 10 – DEPÓSITO JUDICIAL

Em 29 de julho de 2013, efetuamos um depósito por determinação judicial de R$ 35 mil, oriundo do Plano Misto – PM.

NOTA 11 – EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

De acordo com a Resolução CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011 e da IN da PREVIC de nº 5 de 08 de setembro de 2011, que alterou a IN/SPC de nº 34 de 24 de setembro de 2009, as contingências são incertezas que, dependendo de eventos futuros, poderão ter impacto na situação econômico-financeira da Entidade.

Em conformidade com este conceito, a FAPERS reconheceu em seu Passivo Exigível Contingencial no Plano Misto, em 28 de junho de 2013, o montante de R$ 82 mil, referente a um processo de caráter previdenciário cuja perda foi considerada provável pela assessoria jurídica, conforme detalhamento do Relatório Circunstanciado nº 20/2013 da Área de Controladoria. Este valor foi corrigido monetariamente em 31 de dezembro de 2013 em R$ 75 mil, totalizando R$ 157 mil, de acordo com Memorando Interno nº 014/2014 da Área de Seguridade.

Para causas com perdas classificadas como possíveis não são contituídas provisões, com fundamento nas normas contábeis em vigor. Em 31 de dezembro de 2013, os valores classificados, pela assessoria jurídica, como possíveis para o Plano Misto somam R$ 329 mil , referentes a 17 processos de caráter previdenciário

e R$ de R$ 72 mil referentes a 5 processos de empréstimos. Para o Plano Geral Saldado foram classificados como possíveis pela assessoria jurídica 04 processos de caráter previdenciário, no montante de R$ 99 mil.

NOTA 12 – PIS E COFINS

A FAPERS ingressou em 01 de fevereiro de 2007 com Mandado de Segurança nº 2007.71.00.00058-8-RS, com efeito de suspender a exigibilidade do PIS e COFINS (conforme determina art.69, § 1º, da Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001. Em 18 de maio de 2010 obteve ganho da causa, ficando a partir desta data, isenta da obrigatoriedade de recolhimento de PIS e de COFINS.

NOTA 13 – OBJETIVOS E CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DE FUNDOS

13.1 – FUNDOS PREVIDENCIAIS

13.1.1 – CONTA DE OSCILAÇÃO DE RISCO - COR

Constituída no Plano Misto com parcela do saldo da conta individual própria (CIP) do participante, a título de variabilidade atuarial, na data de início. Esta conta visa suprir eventual insuficiência da Conta Coletiva de Benefícios Concedidos (CCBC) ou dela receberá crédito proveniente de eventuais Superávits. Sendo constituído no exercício de 2013 o valor de R$ 137 mil e o seu Saldo em 31/12/2013 no valor R$ 661 mil.

Conta de Oscilação de Risco - COR	2013	2012
Constituição	137	98
Saldo	**661**	**524**

13.1.2 – FUNDO PARA RISCO IMINENTE DOS PARTICIPANTES ATIVOS ELEGÍVEIS – RI

Fundo constituído de acordo com as regras estipuladas na Nota Técnica do Equacionamento do Déficit Técnico Atuarial do PGS, emitida pela Equipe Atuarial Ltda em 27 de maio de 2013.

Fundo de natureza atuarial que compõe o patrimônio do plano, sendo o registro contábil efetuado nas contas 2.3.2.1.03.02 e 3.7.1.2.

A criação deste fundo teve por finalidade demonstrar o resultado da economia para o plano PGS proveniente dos participantes em riscos iminentes, isto é, dos participantes que já cumpriram todas as exigibilidades para o recebimento do benefício, entretanto ainda não estão em gozo do mesmo.

Mensalmente a Área de Seguridade emite relatório contendo todos os participantes que estão elegíveis ao recebimento do benefício saldado, mas que ainda não exerceram o seu direito. O somatório do valor desses benefícios constitui o Fundo para Risco Eminente.

Tendo em vista que a constituição desse Fundo provém da economia de risco iminente proporcionada pelos participantes elegíveis, a contribuição extraordinária destes participantes para o pagamento do déficit técnico deverá sair deste fundo. Contribuição extraordinária à taxa de 20,17% calculada sobre o valor de cada benefício, inclusive o abono anual.

No momento em que o participante elegível entrar em gozo de benefício, haverá a reversão da sua reserva individual no Fundo de Risco Iminente para o Patrimônio de Cobertura do Plano, em Benefícios Concedidos, conta contábil 2.3.1.1.01, abatidas as contribuições extraordinárias.

Quadro resumo movimentação Fundo RI em 2013

R$ mil	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Constituição Fundo RI	356	334	322	297	295	253	249	264	264
Desconto Contrib. Extraordinária	-72	-93	-65	-60	-59	-51	-50	-53	-53
Reversão Reserva Fundo RI	0	0	-11	-59	-8	-167	-20	0	0
Saldo acumulado Fundo RI	284	525	771	949	1.177	1.212	1.391	1.602	1.813

13.2 – FUNDOS ADMINISTRATIVOS

É Constituído ou Revertido mensalmente, conforme apuração do resultado líquido da gestão administrativa, individualmente pela gestão previdenciária e de investimentos e por cada plano de benefício. Sua remuneração se dá com base no resultado dos investimentos, apurada através do seu fluxo dos investimentos e apropriada conforme a participação de cada plano de benefício na formação do fundo.

Demonstrativo dos Critérios de Rateio Fundo Administrativo

Critério	% PBD – I	% PM	% PGS	% Total
Pelo Patrimônio do Fundo	15,16%	66,08%	18,76%	100,000%

Demonstrativo Fundo Administrativo por Plano de Benefício

Descrição	Em 31/12/2013				Em 31/12/2012			
	PBD – I	PM	PGS	Total	PBD – I	PM	PGS	Total
Fundo Administrativo PGA	614	2.977	810	4.401	567	2.585	764	3.916

13.3 – FUNDOS DE INVESTIMENTOS

13.3.1 – FUNDO DE COBERTURA DE EMPRÉSTIMO POR MORTE OU INVALIDEZ

Constituído para fazer frente à cobertura do saldo devedor dos empréstimos concedidos aos participantes na eventualidade de seu falecimento e/ou invalidez permanente.

Demonstrativo Fundo Cob Emprest p/morte ou invalidez por Plano de Benefício

Descrição	Em 31/12/2013				Em 31/12/2012			
	PBD – I	PM	PGS	Total	PBD – I	PM	PGS	Total
Fdo Cob Emprest p/ Morte ou Invalidez	2	282	15	299	1	263	12	276

13.3.2 – FUNDO GARANTIDOR DE EMPRÉSTIMO POR INADIMPLÊNCIA – FGE

Constituído para compensar eventuais inadimplências de empréstimo pessoal.
Fundo formado a partir de 25 de julho de 2013, após aprovação do Regulamento para concessão de Empréstimo pessoal pelo Conselho Deliberativo, conforme ata nº 242 de 26 de março de 2013.

Demonstrativo Fundo Garantidor Emprest p/inadimplência por Plano de Benefício

Descrição	Em 31/12/2013				Em 31/12/2012			
	PBD – I	PM	PGS	Total	PBD – I	PM	PGS	Total
Fdo Garantidor Emprest p/ Inadimplencia	0	1	1	2	0	0	0	0

NOTA 14 – LIMITES DO CUSTEIO ADMINISTRATIVO E CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA RATEIO DAS DESPESAS ADMINITRATIVAS POR GESTÃO E PLANOS DE BENEFÍCIOS

14.1 – LIMITES DOS CUSTEIOS ADMINISTRATIVOS

De acordo com a Resolução CGPC nº 29 de 31/08/2009, no capítulo III, cabe ao Conselho Deliberativo da EFPC estabelecer o limite anual de recursos destinados pelos planos de benefícios para o plano de gestão administrativa. O limite poderá ser representado pela Taxa de Administração (percentual incidente sobre o montante dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios previdenciais no último dia do exercício a que se referir) ou pela Taxa de Carregamento (percentual incidente sobre a soma das contribuições e dos benefícios dos planos no exercício a que se referir).

Para o ano de 2013 o Conselho Deliberativo da FAPERS estabeleceu como limite a Taxa de Administração.

14.2 – DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Para 2013, foi mantida a consolidação das despesas administrativas do PGA no grupo de contas contábeis "Despesas da Administração Total", 4.2.9, e somente depois realiza-se o rateio entre as gestões previdencial e de investimentos. Tal medida aprovada pelo Conselho Deliberativo e adotada desde 2012.

14.3 – CRITÉRIOS DE RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 2013 foram mantidos os critérios de rateio adotados em 2012, de acordo com análise realizada pela consultoria contábil contratada PRP Soluções Contábeis Ltda, conforme itens a seguir.

14.3.1 – CRITÉRIOS DE RATEIO POR GESTÃO

Para realizar o rateio das despesas administrativas a FAPERS utilizou o critério de participação pelo tempo de trabalho de cada funcionário e gestor, resultando nos percentuais abaixo.

Demonstrativo dos Critérios de Rateio por Gestão

CRITÉRIOS	% Previdencial	% Investimentos	% Total
CARGOS	TEMPO DE TRABALHO		
Diretor Superintendente	40,00%	60,00%	100,00%
Diretor Financeiro	0,00%	100,00%	100,00%
Diretor de Seguridade	100,00%	0,00%	100,00%
Funcionário 1	50,00%	50,00%	100,00%
Funcionário 2	100,00%	0,00%	100,00%
Funcionário 3	100,00%	0,00%	100,00%
Funcionário 4	0,00%	100,00%	100,00%
Funcionário 5	0,00%	100,00%	100,00%
Funcionário 6	100,00%	0,00%	100,00%
Funcionário 7	20,00%	80,00%	100,00%
Funcionário 8	50,00%	50,00%	100,00%
Funcionário 9	0,00%	100,00%	100,00%
Funcionário 10	50,00%	50,00%	100,00%
Funcionário 11	50,00%	50,00%	100,00%
Funcionário 12	100,00%	0,00%	100,00%
Percentuais de Rateio	**50,67%**	**49,33%**	**100,00%**

14.3.2 – CRITÉRIOS DE RATEIO POR PLANO

Para realizar o rateio das despesas administrativas entre os Planos da FAPERS utilizamos para cada gestão um critério, a fim de buscar maior coerência na efetivação dos rateios da Gestão Previdencial e de Investimentos.

Para Gestão Previdencial o rateio será pelo número de participantes.

Demonstrativo dos Critérios de Rateio por Plano da Gestão Previdencial

Critério	% PBD – I	% PM	% PGS	% Total
Quantidade de Participantes	0,72%	67,06%	32,22%	100,000%

Para Gestão de Investimentos o rateio será pelo Patrimônio dos Planos

Demonstrativo dos Critérios de Rateio por Plano da Gestão Investimentos

Critério	% PBD – I	% PM	% PGS	% Total
Pelo Patrimônio dos Planos	3,03%	45,91%	51,06%	100,000%

15 – TAXA DE JUROS e TABUA DE MORTALIDADE

De acordo com a Resolução CNPC nº 09, de 29 de novembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 16, de 23 de janeiro de 2013, as entidades de fundo de pensão deverão comprovar a conformidade da taxa real anual de juros utilizada, em face de sua adequação às características da massa de participantes dos planos e a tendência de queda de taxa de juros de longo prazo dos planos de benefícios administrados pela FAPERS.

A Fundação, a partir dos testes de aderência das Tabuas de Mortalidade, solicitou um estudo aos atuários responsáveis dos Planos, visando à substituição da tábua de mortalidade combinada com a alteração da taxa de juros. Este estudo foi submetido ao Conselho Deliberativo que, conforme a Ata nº 239 de 28/02/2013, deliberou pela adoção de novos índices de taxa de juros em substituição aos 6% a.a. de 2012, bem como a substituição da Tábua de Mortalidade AT-83 pela Tábua AT-2.000 em todos os Planos administrados pela Fundação. Tais deliberações além do registro na ata acima mencionada poderão ser vistos nas Deliberações nºos 001/2013 e 004/2013 do Conselho Deliberativo.
Apresentamos no quadro abaixo as novas taxas:

Descrição	2013 (%)			2012 (%)		
Plano de Benefício	PBD–I	PM	PGS	PBD–I	PM	PS
Taca de Juros	5,00	5,50	5,75	6,00	6,00	6,00

Para o plano PBD-I a taxa de 6% a.a. foi mantida até junho de 2013, passando a 5% a.a. a partir de julho de 2013.

No Plano Misto a taxa de 6% a.a. foi mantida até junho de 2013, passando a 5,50% a.a. a partir de julho de 2013.

Já para o Plano Geral Saldado, a taxa de 6% a.a. foi mantida até novembro de 2013, sendo alterada para 5,75% em dezembro de 2013.

16 – OUTROS FATORES RELEVANTES

16.1 – EMPRÉSTIMOS

No Relatório Circunstanciado da Exacto Auditoria emitido em 29 de novembro de 2013, referente à revisão das práticas contábeis e controles internos do 3º trimestre de 2013, consta que a análise da Carteira de Empréstimos da FAPERS efetuada teve como base os relatórios gerados pelo sistema de informática antigo, pois o módulo de empréstimos do novo sistema ainda estava em fase de parametrizações.

Reiteramos que ainda estão sendo executadas manutenções junto à empresa de informática INTECH para o melhor funcionamento do sistema de controle de empréstimos, e tão logo o mesmo esteja em perfeito funcionamento serão revistos os dados contabilizados em 2013 e, se identificarmos divergências, serão efetuados os devidos ajustes, conforme consta no Memorando Interno de n.º 20 emitido em 31 de janeiro de 2014 pela área de contabilidade.

17 – EVENTOS SUBSEQUENTES

17.1 – EMPRÉSTIMOS – MUDANÇA DE CRITÉRIO

Identificamos que o novo sistema para operacionalização da Carteira de Empréstimos não contempla a atualização de encargos moratórios, critério que era utilizado pelo sistema antigo. Sendo assim, no exercício de 2014, a FAPERS adotará a mudança de critério na contabilização de acordo com o sistema atualmente utilizado, ou seja, de não mais acrescer às provisões para perda os encargos moratórios.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2013.

Paulo Francisco Conrad	Clever Renato Neuenfeldt	Sabrina Giacomoni Comelli
Diretor Superintendente	Diretor Financeiro	Contadora - CRC/RS:058855/0-6
CPF:240.794.050-49	CPF:407.566.020-68	CPF:641.913.030-15

PARECER ATUARIAL (Plano de Benefício I – PBD-I)

PARECER ATUARIAL 001/2014

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul - FAPERS

Ref.: PARECER DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 31/12/2013 DO PLANO DE BENEFÍCIO I - PBD-I.

A avaliação do Plano de Benefício I - PBD-I foi realizada considerando-se as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento estabelecidos na Resolução CGPC nº 18 de 28/03/2006, bem como a Resolução CGPC nº 09 de 29/11/2012.

1) A situação financeiro – atuarial do Plano de Benefício I - PBD-I da FAPERS apresentou, em 31/12/2013, um superávit técnico de R$ 1.795.216,05, equivalente a 17,98% do Ativo Líquido, então existente, de R$ 9.982.469,37, demonstrando o pleno equilíbrio do plano.

2) Os dados cadastrais foram objetos de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais da avaliação atuarial do exercício anterior, a qual submetemos à Fundação para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2013.

3) A População do plano é constituída de um participante ativo com 56 anos de idade e 15 aposentados, cuja idade média é de 71 anos e beneficio médio de R$ 3.130,06.

PLANO 1 BD				
Categoria	**Frequência**	**Benefício Médio**		**Idade Média**
Ativos	1	R$	4.480,10	56,00
Aposentados	15	R$	3.130,06	71,00

4) Das Hipóteses Atuariais utilizadas:

TAXA REAL ANUAL DE JUROS	5%
PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIO	0,00%
PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DOS BENEFÍCIOS DO PLANO	0%
FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO -	
DOS SALÁRIOS	0%
DOS BENEFICIOS DA ENTIDADE	0%
DOS BENEFíCIOS DO INSS	0%
HIPÓTESE SOBRE GERAÇÕES FUTURAS DE NOVOS ENTRADOS	NULA
HIPÓTESE SOBRE ROTATIVIDADE	NULA
TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL	AT-2000
COMPOSIÇÃO DE FAMILIA DE PENSIONISTAS	(*)
(*) EXPERIÊNCIA REGIONAL	

5) A rentabilidade nominal líquida obtida pelo Ativo Líquido do Plano, ao longo de 2013, foi de 10,22% contra uma meta atuarial de 11,37%, o que, em termos reais, representa obter 4,41% contra 5,50% (**), tomando-se como deflator o INPC do IBGE e utilizando-se o método de cotas para o cálculo das rentabilidades.

	CÁLCULO DO JURO REAL			
	Variação da Cota (A)	**INPC do ano (B)**	**Juro necessário (**)**	**Juro real (A/B)**
Índice	1,073571	1,05563	1,057497048	1,01700
Percentual	7,36%	5,56%	5,75%	1,70%

(**) 6% ao ano até junho/2013 e 5% ao ano a partir de julho/2013

6) O Passivo Atuarial (Reservas Matemáticas) e as Reservas Técnicas (Ativo Líquido) apresentavam, em 31/12/2013, as seguintes aberturas:

PLANO MISTO	
Benefícios Concedidos	R$ 52.474.040,03
Benefícios a Conceder	R$ 101.861.806,35
Provisões Matemáticas a Constituir	R$ (2.092.843,65)
Passivo AtuariAL (Reservas Matemáticas)	R$ 152.243.002,73
Patrimônio de Cobertura do Plano	R$ 149.286.168,31
Déficit	R$ (2.956.834,42)

7) Com relação aos valores das Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder e do Superávit Técnico a ser registrado integralmente como Reserva de Contingência, atestamos que os mesmos foram calculados por nossa Consultoria Atuarial Independente, a partir das informações contábeis e cadastrais fornecidas pela FAPERS e julgadas lógicas por nossa Consultoria Atuarial.

8) A destinação do Superávit Técnico de R$ 1.795.216,05, a ser integralmente registrado como Reserva de Contingência, tem por objetivo dar cobertura à desvios desfavoráveis que venham a ocorrer em relação às hipóteses atuariais adotadas.

9) Do ponto de vista atuarial, cabe salientar que as recomendações apresentadas em nosso parecer de 2012 foram implementadas, sendo as seguintes:

   a) Adoção do disposto na Resolução CNPC nº 09, de 29 de novembro de 2012 com relação à taxa de juros, ou seja, adotando a taxa de 5,0% em substituição aos 6% atuais;

   b) Adoção do disposto na Resolução CNPC nº 09, de 29 de novembro de 2012 com relação à tábua de mortalidade adotando-se a Tábua AT 2000 em substituição à Tábua AT 83 utilizada atualmente.

É o parecer.

Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2014.

P/Equipe Atuarial

Edson Jair Pereira Luiz
Atuário MIBA 583

Alberto Macalão Martini
Atuário MIBA 541

PARECER ATUARIAL (Plano de Benefício II – Plano Misto)

PARECER ATUARIAL 002/2014

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul - FAPERS

Ref.: PARECER DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 31/12/2013 DO PLANO DE BENEFÍCIOS II – PLANO MISTO

A avaliação do Plano de Benefícios II – Plano Misto foi realizada considerando-se as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento estabelecidos na Resolução CGPC nº 18 de 28/03/2006, bem como a Resolução CGPC nº 09 de 29/11/2012.

1) A situação financeiro – atuarial do Plano de Benefícios II – Plano Misto da FAPERS apresentou, em 31/12/2013, um déficit técnico de R$ 2.956.834,43, equivalente a 1,98% do Ativo Líquido, então existente, de R$ 149.286.168,31, demonstrando um pequeno desequilíbrio do plano.

2) Os dados cadastrais foram objetos de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais da avaliação atuarial do exercício anterior, a qual submetemos à Fundação para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2013.

3) A População do plano é assim constituída:

PLANO 2 MISTO			
Categoria	**Frequência**	**Benefício Médio**	**Idade Média**
Ativos	1644	SALDO DE CONTAS	48,08
Aposentados	389	R$ 393,27	63,22
Inválidos	40	R$ 1.339,37	57,88
Pensionistas	47	R$ 2.290,48	61,61

4) Das Hipóteses Atuariais utilizadas:

TAXA REAL ANUAL DE JUROS (*)	5,50%
PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIO	0,00%
PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DOS BENEFÍCIOS DO PLANO	0%
FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO -	
DOS SALÁRIOS	0%
DOS BENEFICIOS DA ENTIDADE	0%
DOS BENEFíCIOS DO INSS	0%
HIPÓTESE SOBRE GERAÇÕES FUTURAS DE NOVOS ENTRADOS	NULA
HIPÓTESE SOBRE ROTATIVIDADE	NULA
TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL	AT-2000
TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS	AT 49
TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ	MULLER
COMPOSIÇÃO DE FAMILIA DE PENSIONISTAS	(**)
(*) A TAXA DE JUROS DE 5,50% É APENAS PARA BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	
(**) EXPERIÊNCIA REGIONAL	

5) A rentabilidade nominal líquida obtida pelo Ativo Líquido do Plano, ao longo de 2013, foi de 7,36% contra uma meta atuarial de 11,63%, o que, em termos reais, representa obter 1,70% contra 5,75% (**) tomando-se como deflator o INPC do IBGE e utilizando-se o método de cotas para o cálculo das rentabilidades.

	CÁLCULO DO JURO REAL			
	VARIAÇÃO DA COTA (A)	INPC DO ANO (B)	JURO NECESSÁRIO (**)	JURO REAL (A/B)
ÍNDICE	1,102206	1,05563	1,054988156	1,04412
PERCENTUAL	10,22%	5,56%	5,50%	4,41%

(**) 6% ao ano até junho/2013 e 5,50% ao ano a partir de julho/2013

6) O Passivo Atuarial (Reservas Matemáticas) e as Reservas Técnicas (Ativo Líquido) apresentavam, em 31/12/2013, as seguintes aberturas:

PLANO MISTO	
Benefícios Concedidos	R$ 7.324.483,76
Benefícios a Conceder	R$ 862.769,56
Passivo AtuariAL (Reservas Matemáticas)	R$ 8.187.253,32
Patrimônio de Cobertura do Plano	R$ 9.982.469,37
Superávit	R$ 1.795.216,05

7) Com relação aos valores das Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder e do Déficit Técnico, atestamos que os mesmos foram avaliados por nossa Consultoria Atuarial Independente, a partir das informações contábeis e cadastrais fornecidas pela FAPERS e julgadas lógicas por nossa Consultoria Atuarial.

8) Do ponto de vista atuarial, cabe salientar que as seguintes recomendações feitas no parecer de 2012 foram implantadas ao longo do exercício de 2013:

   a) Adoção do disposto na Resolução CNPC nº 09, de 29 de novembro de 2012 com relação à taxa de juros, ou seja, adotou-se 5,50% em substituição aos 6%;

   b) Adoção da tábua de mortalidade AT 2000 em substituição à Tábua AT 83;

   c) Adoção de Contribuição Extraordinária, visando a recomposição do Ativo do plano, como forma de eliminar o atual déficit em obediência ao disposto no § 3º do Artigo 28 da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008.

   d) Com relação ao ajuste na taxa para cobertura dos benefícios de Risco, está sendo alterado o regulamento do Plano de forma a adequar aos atuais valores cobrados

9) Cabe registrar ainda o equacionamento do déficit técnico existente em 2012 por meio de contribuição dos assistidos e redução das Reservas Matemáticas de Benefícios a Conceder dos participantes Ativos. A parcela que coube às Patrocinadoras foram feitas por meio de Escritura Pública e Termo.

10) Sugestões para serem implementadas ao longo de 2014:

   a) Busca da meta atuarial do Plano, fazendo-os ajustes de acordo com a Resolução CNPC nº 09, de 29 de novembro de 2012 com relação à taxa de juros;

b) Buscar novamente o equilíbrio atuarial e financeiro do Plano seja por meio de rentabilidades ou como já foi feito em 2013 aumentando as alíquotas de contribuições dos assistidos e reduzindo a Reserva de Benefícios a Conceder no caso dos participantes ativos, bem como equacionando junto às Patrocinadoras a respectiva parcela que lhes cabe.

É o parecer.

Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2014.

P/Equipe Atuarial

Edson Jair Pereira Atuário MIBA 583	Luiz Alberto Macalão Martini Atuário MIBA 541

PARECER ATUARIAL (Plano Geral Saldado – PGS)

PARECER ATUARIAL 003/2014

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul - FAPERS

Ref.: PARECER DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 31/12/2013 DO PLANO GERAL SALDADO - PGS.

A avaliação do Plano Geral Saldado – PGS foi realizada considerando-se as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento estabelecidos na Resolução CGPC nº 18 de 28/03/2006, bem como a Resolução CGPC nº 09 de 29/11/2012.

1) A situação financeiro – atuarial do Plano Geral Saldado - PGS da FAPERS apresentou, em 31/12/2013, um déficit técnico de R$ 10.603.503,83, equivalente a 5,36% do Ativo Líquido, então existente, de R$ 197.668.166,39, demonstrando um pequeno desequilíbrio do plano. A esse respeito cabe ressaltar que conforme o Demonstrativo Atuarial de 2012, este Plano demonstrava um déficit técnico da ordem de 62,94% do Ativo Líquido, então existente, de R$ 140.021.610,95.

Para resolver esta situação a FAPERS equacionou esse déficit por meio da cobrança de contribuições dos participantes aposentados e pensionistas. Para os ativos houve a redução dos benefícios a conceder. A parcela correspondente as Patrocinadoras foram feitas por meio de Escritura Pública e Termo.

2) Os dados cadastrais foram objetos de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais da avaliação atuarial do exercício anterior, a qual submetemos à Fundação para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2013.

3) A População do plano é assim constituída:

PLANO 3 SALDADO			
Categoria	**Frequência**	**Benefício Médio**	**Idade Média**
Ativos	282	R$ 1.297,21	55,19
Aposentados	373	R$ 2.521,12	65,43
Pensionistas	46	R$ 2.609,25	67,85

4) Das Hipóteses Atuariais utilizadas:

TAXA REAL ANUAL DE JUROS	5,75%
PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIO	0,00%
PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DOS BENEFÍCIOS DO PLANO	0%
FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO:	
DOS SALÁRIOS	0%
DOS BENEFICIOS DA ENTIDADE	0%
DOS BENEFíCIOS DO INSS	0%
HIPÓTESE SOBRE GERAÇÕES FUTURAS DE NOVOS ENTRADOS	NULA
HIPÓTESE SOBRE ROTATIVIDADE	NULA
TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL	AT-2000
COMPOSIÇÃO DE FAMILIA DE PENSIONISTAS	(*)
(*) EXPERIÊNCIA REGIONAL	

5) A rentabilidade nominal líquida obtida pelo Ativo Líquido do Plano, ao longo de 2013, foi de 8,07% contra uma meta atuarial de 11,87%, o que, em termos reais, representa obter 2,37% de juros contra 5,98% (**), tomando-se como deflator o INPC do IBGE e utilizando-se o método de cotas para calcular as rentabilidades.

	CÁLCULO DO JURO REAL			
	VARIAÇÃO DA COTA (A)	INPC DO ANO (B)	JURO NECESSÁRIO (**)	JURO REAL (A/B)
ÍNDICE	1,080692	1,05563	1,059791446	1,02374
PERCENTUAL	8,07%	5,56%	5,98%	2,37%

(**) 6% ao ano até novembro/2013 e 5,75% ao ano a partir de dezembro/2013

6) O Passivo Atuarial (Reservas Matemáticas) e as Reservas Técnicas (Ativo Líquido) apresentavam, em 31/12/2013, as seguintes aberturas:

PLANO SALDADO	
Benefícios Concedidos	R$ 169.858.577,25
Benefícios a Conceder	R$ 73.587.465,23
Provisões Matemáticas a Constituir	R$ (35.174.372,26)
Passivo AtuariAL (Reservas Matemáticas)	R$ 208.271.670,22
Patrimônio de Cobertura do Plano	R$ 197.668.166,39
Déficit	R$ (10.603.503,83)

7) Com relação aos valores das Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder e do Déficit Técnico, atestamos que os mesmos foram avaliados por nossa Consultoria Atuarial Independente, a partir das informações contábeis e cadastrais fornecidas pela FAPERS e julgadas lógicas por nossa Consultoria Atuarial.

8) Do ponto de vista atuarial, informamos que as recomendações por nós sugeridas no Parecer de 2012 foram implantadas ao longo do exercício de 2013:

   a) Adoção do disposto na Resolução CNPC nº 09, de 29 de novembro de 2012 com relação à taxa de juros, ou seja, adotar 5,75% em substituição aos 6% atuais;

   b) Adoção da tábua de mortalidade AT 2000 em substituição à Tábua AT 83;

   c) Foram adotadas medidas para o equacionamento do déficit técnico implementando-se taxas de contribuições extraordinárias para todos os participantes e patrocinadoras, visando a busca do reequilíbrio do plano.

9) Sugestões para serem implementadas ao longo de 2014:

   a) Busca da meta atuarial do Plano, fazendo-os ajustes de acordo com a Resolução CNPC nº 09, de 29 de novembro de 2012 com relação à taxa de juros;

   b) Buscar novamente o equilíbrio atuarial e financeiro do Plano seja por meio de rentabilidades ou como já foi feito em 2013 aumentando as alíquotas de contribuições, bem como equacionando junto às Patrocinadoras a respectiva parcela que lhes cabe.

É o parecer.

Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2014.

P/Equipe Atuarial

Edson Jair Pereira Atuário MIBA 583	Luiz Alberto Macalão Martini Atuário MIBA 541

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.
Conselheiros e Diretores da
Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul - FAPERS
Porto Alegre/RS

Examinamos as demonstrações contábeis da ***Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul - FAPERS***, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis
A administração da ***Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul - FAPERS*** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da ***Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul - FAPERS*** para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da ***Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul - FAPERS*** e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2013 e o desempenho consolidado

e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Ênfase

A situação financeiro – atuarial do Plano Geral Saldado - PGS da FAPERS apresentou, em 31/12/2013, um déficit técnico de R$ 10.603 mil, equivalente a 5,36% do Ativo Líquido, então existente, de R$ 197.670 mil, demonstrando um pequeno desequilíbrio do plano. A esse respeito cabe ressaltar que conforme o Demonstrativo Atuarial de 2012, este Plano demonstrava um déficit técnico da ordem de 62,94% do Ativo Líquido, então existente, de R$ 140.020 mil. Para resolver esta situação a FAPERS equacionou esse déficit por meio da cobrança de contribuições dos participantes aposentados e pensionistas. Para os ativos houve a redução dos benefícios a conceder. A parcela correspondente as Patrocinadoras foram feitas por meio de Escritura Pública e Termo, conforme descrito na Nota 8.1 às demonstrações contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Anteriormente, auditamos as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, datado de 04 de março de 2013, sobre as quais emitimos relatório sem modificação, com ênfase quanto ao Déficit Técnico Acumulado pelo terceiro ano consecutivo no Plano Misto, em 31 de dezembro de 2012, no montante de R$5.794 mil, que conforme disposto no § 3º, do art. 28, da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, o déficit apurado deveria ser imediatamente equacionado, e ênfase quanto ao Déficit Técnico Acumulado no Plano Geral Saldado (PGS), em 31 de dezembro de 2012, no montante de R$88.128 mil, equivalente a 62,94% do Ativo Líquido de R$140.020 mil. Dessa forma, conforme disposto no § 2º, do art. 28, da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, o déficit apurado deveria ser imediatamente equacionado. Esses assuntos já foram solucionados no exercício de 2013, conforme Notas 8.1 e 8.2.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2014.

EXACTO AUDITORIA S/S
CRC/RS 1544

Daniel Eduardo Rodrigues
Contador CRC/RS 30.361

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da FAPERS, no uso de suas atribuições legais, em reunião realizada nesta data, examinou as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS, Demonstrações das Mutações do Ativo Liquido por Plano de Benefícios - DMAL, Demonstrações do Ativo Liquido por Plano de Benefícios - DAL, Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa Consolidada e por Plano de Benefícios - DPGA, Demonstrações das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios – DPT e as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2013.

Com base nos exames efetuados, considerando ainda os Pareceres do Atuário dos Planos de Benefícios emitidos pela Equipe Atuarial Ltda em 25 de fevereiro de 2014 e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, pela Exacto Auditoria S/S, datado de 28 de fevereiro de 2014, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação dos referidos documentos.

Porto Alegre, 19 de março de 2014.

Gladimir Ramos de Souza
Presidente

Valdir Sangaletti
Conselheiro Titular

Maureen Spanenberg
Conselheira Suplente

Fernando Luiz Horn
Conselheiro Suplente

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo da FAPERS, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e baseado nos Pareceres do Conselho Fiscal, da Consultoria Atuarial Externa e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, delibera a aprovação das Demonstrações Contábeis do exercício social encerrado em 31/12/2013, em reunião realizada nesta data, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, Demonstrações das Mutações do Ativo Liquido por Plano de Benefícios – DMAL, Demonstrações do Ativo Liquido por Plano de Benefícios – DAL, Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa Consolidada e por Plano de Benefícios – DPGA, Demonstrações das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios – DPT e as Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis.

Porto Alegre, 27 de março de 2014.

Leonir Bonavigo
Presidente

Adelaide Juvena K. Ramos
Vice-Presidente

Cleber Schuster
Conselheira Titular

Ancila Maria Heck Altmann
Conselheiro Titular

Zacheu Gomes Canellas
Conselheiro Titular

Suzana Medianeira Lunardi
Conselheira Suplente

Cesar Augusto Bittencourt de Medeiros
Conselheiro Suplente

Carlos Roberto Vieira da Cunha
Conselheiro Suplente

Derli Paulo Bonine
Conselheiro Suplente

Dulphe P.Machado Neto
Conselheiro Titular

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul
Rua: Marcílio Dias, 1073 – Bairro Menino Deus
CEP: 90130-001 – Porto Alegre – RS
Telefone: (51) 3231-7444
www.fapers.org.br
fapers@fapers.org.br